

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE	
Data: 17 e 18 de setembro de 2024	Início: 09h00
Local: Virtual/Auditório Moacir Micheletto - Bloco D – na Esplanada dos Ministérios	Término: 17h00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Seconape	
<p>A. Abertura da Reunião Rivetla Edipo Araujo Cruz - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura - Ministro Em Exercício</p> <p>B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião 1. Aprovação da Ata 40ª Reunião Ordinária; 2. Devolutiva Sobre as Deliberações da Reunião Anterior – Adriana Vilela Toledo – Secretaria Executiva do CONAPE.</p> <p>C. Ordem do Dia</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do Plano Clima Participativo (Secretário-Executivo - Rivetla Edipo Araujo Cruz e da Assessora de Participação Social e Diversidade - Adriana Vilela Toledo); 2. Apresentação da Rede Pesca Brasil/ CPG's - Resumo das Reuniões Realizadas e Devolutiva Sobre Publicação do Edital e Revisão do Decreto (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - Jocemar Tomasino Mendonça e da Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva - Sandra Silvestre de Souza); 3. Apresentação dos Investimentos em Pesquisa Realizado pelo MPA - SNA/SNPA/SNPI/SERMOP (Secretaria Nacional de Aquicultura - Paulo de Faria/Secretario-Substituto, Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - Jocemar Tomasino Mendonça/ Secretario-Substituto, Sandra Silvestre de Souza/ Secretario-Substituto e da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - Luis Gustavo Cardoso); 4. Apresentação do Programa Revimar - Membro Suplente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Roberto Ribas Gallucci; 5. Apresentação da Estratégica para Atualização/Monitoramento da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção - PORTARIA MMA Nº 445/2014 - Membro Suplente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Roberto Ribas Gallucci; 6. Apresentação da Consulta Pública Sobre Dados Abertos – Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura; 7. Criação do Comitê de Cumprimento - Membro Titular da Federação Nacional de Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP/BR - Elizeu Augusto de Brito; 8. Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca - Secretaria-Executiva do CONAPE; 9. G20 Agricultura, G20 Social e Fórum Interconselhos – Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura – Diogenes Lemainski e da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Pesca e Aquicultura – Adriana Vilela Toledo; 10. Apresentação da Proposta de Sistema de Rastreamento do Pescado – Chefe do Núcleo de Fiscalização da Atividade Pesqueira da Diretoria de Proteção Ambiental - IBAMA – Igor Brito de Silva; 11. Apresentação Sobre Registro e Monitoramento de Pesca (PROBORDO, PREPS, MAPA DE BORDO E OUTROS) - Secretaria Nacional de Registro Monitoramento e Pesquisa - Luís Gustavo Cardoso; 12. Informes Gerais <p>D. Lista de Presentes:</p> <p>Representantes Governamentais - Titulares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elvânia Batista Guimarães Andrade - Ministério da Agricultura Familiar; 2. Paulo Sergio Candido Alves - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; 3. Humberto Pires da Silva - Ministério do Turismo; 4. Gilberto Sales - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; 5. Bruno Meireles Leite - Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. 	

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Gustavo Pires - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Eduardo Von Glehn Nobre - Ministério do Desenvolvimento, Indústria;
3. Roberto Ribas Gallucci - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
4. Walter Marinho de Carvalho Sobrinho - Ministério da Defesa;

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Rochelle Cruz da Araújo Bezerra Vidigal - CeDePesca Brasil;
2. Reginaldo Portari - CBPE;
3. Ajax Santos Tavares - CONFAPESCA;
4. Edivando Soares de Araújo - CNPA;
5. Elizeu Augusto de Brito - Faep/BR;
6. Josana Pinto da Costa - MPP;
7. Yasmin dos Santos Chaves - IABS;
8. Fernando Bosisio – Instituto Peroá;
9. Clóvis Amorim da Silva - CONFESPA;
10. Juscelino Miguel dos Anjos - CBPA;
11. Jose Henrique Pereira - Cottmaf;
12. Francisco Nonato - CPP;
13. Luís Tadeu Assad – IABS;

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Maria José Honorato Pacheco - CPP;
2. Luís Claudio Stabille Furtado - CBPA;

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Lais Belsito Pestana - ABIPESCA;
2. Francisco das Chagas de Medeiros - Associação Brasileira de Piscicultura Peixe BR;
3. Agnaldo Hilton dos Santos – PESCA BR;
4. Carlos Eduardo Villaça - Conepe;
5. Ricardo Dias - Abla;
6. Marilza Patrício Fernandes - Peixe SP
7. Manuel dos Santos Pires Braz Filho - Associação Brasileira de Aquaponia;
8. Francisco Hidalgo - CNA;
9. Ariovaldo Zani - Sindirações.

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Felipe Weber Mendonça Santos - Abla
2. Cristiano Nicolau Psillakis - Associação Brasileira de Aquaponia;

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa - Titulares

1. Marco Aurelio Bailon - AOCEANO;
2. Ronaldo Oliveira Cavalli – AQUABIO;
3. Dárlio Inacio Alves Teixeira – Sociedade Brasileira de Ficologia (SBFic);

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa - Suplentes

1. Guilherme Campos Tavares – ABRAPOA

Membros Convidados Natos - Titulares

1. Sandra Silvestre - Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora Esportiva - Secretario-Substituto;
2. Jocemar Tomasino Mendonça - Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - Secretario-Substituto;
3. Paulo Faria - Secretaria Nacional de Aquicultura - Secretario-Substituto;
4. Luis Gustavo Cardoso - Secretário Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa;
5. Audrey Rodrigues de Oliveira - SFPA - SP;
6. Pablo Gouveia - SFPA - PB;
7. Rainan de Sousa Costa - SFPA - BA;
8. Keivialanny Dias Moura Gonçalves - SFPA - CE;
9. Vitor José de Andrade Junior - SFPA - DF
10. Marcelo da Silva - SFPA - SC;
11. Marcelo Heitor Silvestre dos Santos - SFPA - MS;

12. Rubnilson Faria Lobato - SFPA - PA;
13. Darlany Benedita Cabral Sá da Rocha - SFPA - PE
14. Algemiro Ferreira Lima Filho - SFPA - AM;
15. Raica Esteves Xavier - SFPA - RO;
16. Matheus Lima Monteiro - SFPA - RJ;
17. José Everton Siqueira Santos - SFPA - SE.

Convidados

1. Juliana Lopes - Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura;
2. Sabrina de Oliveira - SE - Ministério da Pesca e Aquicultura;
3. Carolina Amorim - SE - Ministério da Pesca e Aquicultura;
4. Igor de Brito Silva - Chefe de Fiscalização da Atividades Pesqueiras - IBAMA;
5. Antônio Siqueira Assreuy - Coordenador da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
6. Larissa Soares Andrade - CGAS - Ministério da Pesca e Aquicultura;
7. Geraldo de Almeida - Coordenador da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
8. Gabriel Calzavara de Araujo - Confederação Nacional da Indústria - CNI;
9. Valeria Stacchini Homem - Chefe da Divisão de Saúde Única e Boas Práticas do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento;
10. Marcio de Aquino - Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura;
11. Diogenes Lemainski - Assessoria Internacional – Substituto;
12. Tiago Rusin - Assistente da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura;
13. Marcelo Vianna - Diretor da Secretaria Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa

OUTROS PARTICIPANTES:

1. Jade Kemp Wardeley - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Adrian Pereira da Silva - DEPS/MMA;
3. Daniele Cristina Gomes - SFPA - PR;
4. Maria de Jesus Alves - SFPA - TO;
5. Ana Beatriz - SFPA - PR.
6. Jorge Mardini Sobrinho - SFPA - AC;
7. Cicero Umbelino - SFPA - SE;
8. Thiago Holanda Basilio - SFPA - CE;
9. Moira Rosa - SFPA - MS;
10. Raica Esteves Xavier - SFPA - RO;
11. Silvia Cupertino Formoso - SFPA - SE;

1. Mesa de Abertura

- 1.1. No dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Moacir Michelotto situado na Esplanada dos Ministérios - Bloco D, estavam presentes convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo, a Secretaria Executiva do CONAPE realizou a chamada constatando o quórum. Convidou então para compor a mesa o Ministro da Pesca e Aquicultura Rivetla Edipo Araujo Cruz - Ministro em Exercício - Presidente do CONAPE, o Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - **Luís Gustavo Cardoso**, o Secretário-Substituto da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - **Josemar Mendonça**, a Secretária-Substituto da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva - **Sandra Silvestre**, o Secretário-Substituto da Secretaria Nacional de Aquicultura - **Paulo Faria**.
- 1.2. A Secretaria Executiva do CONAPE passa a palavra para o Ministro em Exercício **Rivetla Edipo (Presidente)** para abertura dos trabalhos.
- 1.3. O Ministro em Exercício **Rivetla Edipo** iniciou a 41^a reunião do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), o presidente saudou todos os presentes e expressou sua honra em conduzir o encontro.
- 1.4. O Ministro em exercício Rivetla Édipo desejou uma reunião produtiva, com boas recomendações e encaminhamentos ao final dos dois dias de debates. Ele compartilhou sua satisfação em participar deste momento, lembrando sua experiência anterior na condução de reuniões dos comitês de gestão da pesca. Encerrou suas palavras desejando uma excelente reunião a todos os participantes.

2. Informes

2.1. A Secretaria Executiva, Adriana Toledo, deu início à reunião apresentando a metodologia a ser adotada durante os dois dias de trabalho. Ela destacou a importância de regras para a convivência virtual, como a pontualidade nos retornos dos intervalos e a sistemática de perguntas, que devem ser feitas levantando a mão até o final de cada apresentação. Adriana pediu que os microfones fossem mantidos desligados e que os vídeos ficasse abertos, sempre que possível, para melhorar a interação. Ela também solicitou atenção para evitar distrações e pediu que, caso alguém precisasse sair, informasse no chat para não comprometer o quórum.

2.2. A Secretaria Executiva, Adriana Toledo, abordou a aprovação da Ata anterior, informando que foram feitas duas correções: uma do membro suplente **Ajax Tavares (Confapesca)** e outra solicitada pela **ABLA** sobre a fala do membro suplente **Felipe Weber**. As alterações foram pontuais e mantiveram a essência da ata. Adriana destacou que o item 14, referente à emissão de ofício ao Ministério do Comércio Exterior, já constava na ata original. Ela solicitou a aprovação da ata da 40ª reunião e pediu aos conselheiros que levantassem a mão caso houvesse discordâncias. Além disso, pediu para compartilhar a tela com a ata para facilitar a visualização. Com a palavra, o membro **Felipe Weber (Abla)**, fez um pedido à Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**. Ele solicitou que as comunicações oficiais do CONAPE, que atualmente estão sendo enviadas apenas aos titulares por e-mail, também fossem encaminhadas para a lista de transmissão do WhatsApp. A **Adriana Toledo**, da Secretaria Executiva, lembrou que, a partir de junho, as comunicações oficiais do CONAPE seriam enviadas apenas aos titulares. Ela destacou a dificuldade em comunicar-se com 122 pessoas, incluindo suplentes, o que tornaria a tarefa inviável para a equipe. **Adriana** pediu que os titulares se responsabilizassem por informar seus suplentes, enfatizando que apenas os titulares têm assento no conselho. Caso um titular tenha um assessor, este pode acompanhar as reuniões, mas a comunicação com os suplentes deve ser feita pelos titulares. Adriana Toledo, reforçou que os titulares devem encaminhar as comunicações do CONAPE a seus suplentes para evitar mal-entendidos sobre ações tomadas. Ela destacou que, se um titular não puder participar de uma reunião, deve informar seu suplente. **Adriana** sugeriu aos titulares que verifiquem seu e-mail e encaminhe as mensagens para seu suplente, garantindo uma melhor comunicação. Ela pediu o apoio dos conselheiros para manter a regra de enviar comunicações apenas aos titulares. Com a palavra novamente facultada o membro **Felipe Weber (Abla)**, destacou a falta de um grupo para encaminhar comunicados importantes, como regras e atas de reuniões. Ele sugeriu que, para manter todos informados, seria útil ter um comunicado formal, garantindo que todos tenham ciência em caso de problemas.

A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, afirmou que a vaga é da organização e que o titular indicado é o responsável pela instituição. Ela sugeriu que, se desejarem, podem alterar o e-mail oficial para o novo contato, enviando uma comunicação ao CONAPE. Adriana enfatizou a necessidade de definir um interlocutor para evitar mal-entendidos e facilitar a comunicação, lembrando que o suplente atua apenas na ausência do titular. Solicitações para mudança de e-mail devem ser encaminhadas ao CONAPE. Com a palavra facultada o membro **Cadu Villaça (Conepe)**, expressou sua discordância em relação à posição de Adriana Toledo. Ele argumentou que não vê dificuldades em criar uma lista de e-mails para facilitar a comunicação entre os membros, destacando que os desentendimentos internos da instituição são problemas a serem resolvidos por ela. **Cadu Villaça (Conepe)** mencionou que, ao submeter a candidatura ao conselho, espera que a presença de um membro da instituição seja respeitada em sua ausência. Ele concluiu afirmando que não vê problemas na inclusão de e-mails dos suplentes na comunicação. Com a palavra facultada o membro **Edivaldo Soares (CNPA)**, destacou a importância de que a comunicação oficial seja feita pelo titular para garantir organização e evitar informações desencontradas. Ele alertou que, se os e-mails forem enviados por diferentes representantes, isso pode prejudicar o conselho e a entidade, gerando confusões nas respostas. **Edivaldo Soares (CNPA)** reafirmou que a responsabilidade de comunicação recai sobre o titular, conforme mencionado por Adriana, mas que o suplente pode ser envolvido conforme necessário. Ele sugeriu que, para manter todos informados, o grupo deve ser notificado sobre o que foi encaminhado à instituição, assegurando que tanto o titular quanto o suplente estejam cientes das comunicações. A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, propôs que cada organização envie um e-mail de contato para facilitar a comunicação sobre as questões do CONAPE. **Adriana** sugeriu o envio de um ofício a todas as representações solicitando o e-mail de contato para assegurar um diálogo contínuo. Além disso, destacou que o WhatsApp servirá apenas como um canal informativo, onde apenas o

administrador poderá compartilhar informações, garantindo que todos os representantes, sejam titulares ou suplentes, estejam cientes das comunicações.

2.3. A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, abordou a questão da aprovação da ata, questionando se algum membro da plenária tinha objeções ao conteúdo do documento. Após a solicitação, ele abriu novamente o espaço para manifestações sobre a aprovação da ata. Como não houve nenhuma manifestação contrária, **declarou a ata da 40ª reunião ordinária como aprovada.**

2.4. A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, deu sequência a devolutivas da reunião anterior, **O primeiro** encaminhamento discutido foi o envio de um ofício. Este ofício foi endereçado ao ministro-chefe da Casa Civil, ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e ao ministro extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul. Nele, solicitamos o atendimento às ações em relação às pessoas impactadas pelas recentes cheias. Após isso, confirmou-se que o ofício foi encaminhado para os três ministros, solicitando a atenção necessária. **O segundo** encaminhamento discutido foi o envio de um ofício ao Ministério da Educação. Neste ofício, solicitamos apoio para a restauração da unidade de aquicultura da Universidade do Rio Grande do Sul. O documento foi encaminhado pelo gabinete do ministro e é assinado pelo ministro André, na qualidade de presidente do CONAPE. A solicitação é específica para que sejam tomadas as medidas necessárias para a restauração da referida unidade de aquicultura. **O terceiro** encaminhamento abordado foi a solicitação ao Ministério da Gestão e Inovação para a realização de um concurso destinado ao provimento de servidores efetivos no Ministério da Pesca e Aquicultura. Atualmente, um processo está em tramitação com esse objetivo. Recentemente, realizamos um concurso para cerca de 300 vagas, que foi um processo seletivo simplificado para a contratação temporária de servidores, com validade de um ano, podendo ser prorrogado. Entendemos que, durante o período de validade desse processo seletivo, é importante que possamos avançar na realização do concurso para a contratação de servidores efetivos. Passo a palavra ao Ministro em Exercício **Rivetla Edipo**, informou que o processo seletivo para cargos temporários terá duração de 4 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 ano, mas expressou a expectativa de que um concurso efetivo ocorra antes desse prazo. Ele destacou que o processo seletivo do MPA visa sanar passivos e demandas acumuladas, não impedindo a realização de um concurso efetivo. Estamos atuando em duas frentes: a primeira é o processo seletivo temporário para oferecer respostas mais rápidas à sociedade, e a segunda é a solicitação de um concurso permanente, feita em 30 de maio, que aguarda resposta do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

2.5. No quarto encaminhamento a Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, informou que solicitou atenção especial ao monitoramento das atividades sísmicas. Foi mencionado que, após a demanda feita na reunião, houve uma conversa com a Secretaria Executiva, que informou sobre a existência de um processo em andamento com esse objetivo. O CONAPE decidiu se juntar a esse processo, reforçando a necessidade de atenção especial ao tema.

2.6. No quinto encaminhamento, foi o envio do ofício para SisComex. O ofício foi encaminhado pela ABLA e está em trâmites internos no MPA.

2.7. No sexto encaminhamento, foi abordada a solicitação para que os membros enviassem contribuições para o plano clima. Todos receberam o pedido, e apenas uma contribuição foi registrada, proveniente da FAEP. Essa sugestão, apresentada por um conselheiro, propõe a criação de um programa educativo nacional com o objetivo de combater a pesca fantasma, além de abordar a questão da perda de descarte e os apetrechos de pesca e aquicultura. A proposta foi devidamente cadastrada no plano clima participativo, que está aberto para votação até o final do dia. Os participantes foram lembrados da importância de exercer seu direito de voto, especialmente aqueles que desejam apoiar a iniciativa. A votação é um passo crucial, pois a discussão sobre essa contribuição e outras questões relacionadas ao clima será retomada em um item específico na reunião.

2.8. No sétimo encaminhamento, foi discutida uma solicitação para agendar uma reunião com a comissão da Câmara dos Deputados, com o intuito de analisar o estatuto do jovem aprendiz, especialmente para incluir o jovem aprendiz da área de pesca e aquicultura. Fomos informadas que a deputada Flávia Morais, presidente da comissão, havia marcado uma data para a reunião, mas, devido a um recesso e à minha ausência em Brasília, a reunião não pôde ser realizada. Ele garantiu que a solicitação permanece em aberto e se comprometeu a fazer gestões para que o encontro aconteça em breve, visando avançar nas discussões sobre a inclusão do jovem aprendiz da pesca no estatuto.

2.9. No oitavo encaminhamento, foi abordado o envio de uma solicitação para que os membros contribuissem com o programa de saúde dos povos das águas. Foi informado que todos os membros receberam o pedido, mas até o momento nenhuma contribuição foi recebida.

Destacamos que o tema continua em aberto e que o programa ainda está em fase de construção, lembrando que o documento relevante já foi encaminhado por e-mail. Reiteramos que as contribuições podem ser feitas a qualquer momento, caso ainda haja interesse por parte dos membros.

2.10. No nono encaminhamento, foi discutido o cumprimento das pautas deliberadas na 41^a reunião do CONAPE. A primeira solicitação, referente aos investimentos realizados pelo MPA em pesquisa, foi atendida e está na pauta desta reunião. Da mesma forma, a discussão sobre a portaria 445 também foi incluída. Outra pauta abordada foi a apresentação do programa Revimar, que também está programada para a reunião. Em relação à apresentação do estudo da Ocean o sobre a lei da pesca, que a Oceana foi convidada a participar, mas não pôde comparecer devido a conflitos de agenda, destacamos que essa questão permanece em aberto e que, na próxima reunião, a Oceana terá a oportunidade de apresentar o estudo, caso desejem participar.

2.11. No décimo encaminhamento, foi feita uma devolutiva sobre a situação dos comitês criados, totalizando quatro. O primeiro é o comitê de conformidade do pescado, cuja minuta de portaria foi recentemente encaminhada à Secretaria Executiva para análise do setor de atos normativos, que fará a devida tramitação. Os comitês de competitividade da tilapicultura e da carcinicultura estão mais avançados; eles já concluíram os trâmites e estão aguardando autorização para a publicação da portaria, e o da pesca amadora esportiva, a minuta ainda está em elaboração e seguirá o processo de tramitação pela Secretaria Executiva, passará pela Conjur e, em seguida, será encaminhada ao gabinete do ministro e seguida para publicação da portaria.

Passo a palavra ao membro **Gilberto Sales (MMA)**, foi feita uma atualização sobre os problemas relacionados à sísmica e as iniciativas para enfrentá-los, tivemos algumas iniciativas executadas em reuniões com o IBAMA e com representantes do SINDIPI, onde o tema avançou significativamente. O foco das discussões foi a compatibilização dos novos estudos sobre os impactos da sísmica, especialmente em relação à pesca industrial. Três reuniões específicas foram conduzidas com o IBAMA e o setor pesqueiro, com a participação de **Marco Bailon**, para abordar a mitigação das sobreposições em períodos críticos para a pesca na região sul do Brasil. Destacou que os avanços obtidos nas discussões são promissores e compartilhou essa devolutiva com todos os presentes. Passo a palavra ao membro **Francisco Medeiros (Peixe BR)**, fez observações sobre algumas questões registradas na ata da reunião anterior, destacando que não houve progresso nas solicitações feitas. Ele mencionou que foi solicitado que fossem incluídos no plano as informações sobre os aquicultores do Rio Grande do Sul que os RGP dos agricultores seriam beneficiados, já que na apresentação anterior, Cristiano havia focado apenas na pesca, sem abordar os aquicultores, e a secretária Tereza não trouxe essa informação na última reunião. Francisco enfatizou que os aquicultores estão enfrentando prejuízos maiores do que os pescadores e pediu que um ofício fosse enviado para obter informações sobre quantos aquicultores serão beneficiados por essa ação, já que até o momento não receberam essa informação. Ele também abordou a necessidade de retomar a discussão sobre a portaria 145/98 e solicitou que essa portaria não fosse submetida à consulta pública antes de uma discussão adequada com o setor produtivo. Francisco ressaltou que essas duas observações estavam registradas na ata da reunião anterior, mas não foram apresentadas como encaminhamentos. A **Secretaria Adriana**, fez uma atualização sobre os documentos e providências relacionadas à crise climática no Rio Grande do Sul. Ela explicou que, inicialmente, foram apresentados dois documentos: o primeiro abrangia a pesca artesanal, a aquicultura e a pesca industrial, e foi apresentado pelo secretário Gustavo. Posteriormente, o professor Cristiano fez uma apresentação exclusiva sobre a pesca artesanal, mas isso não invalidava o primeiro documento, que foi o primeiro a ser encaminhado. Adriana também mencionou que, a pedido da Presidência da República, foi elaborado um documento mais detalhado focado nas cidades da pesca. Ela ressaltou que, na ocasião, havia sido sugerido que os setores de aquicultura e pesca artesanal elaborassem ações específicas e detalhadas para seus respectivos setores, caso desejasse. Essa oportunidade ainda está aberta, e ela reforçou que, embora a secretária Tereza Nelma não tenha participado da reunião no dia em questão, o tema continua relevante. Em relação ao primeiro documento, Adriana explicou que ele abrangia cerca de 12.000 aquicultores. Ela se comprometeu a resgatar esse documento e enviá-lo novamente. Quanto ao segundo tema, Adriana esclareceu que ela fez uma reunião com Gilberto sobre a portaria 145/98, e ficou de buscar uma solução para o caso, marcando uma reunião bilateral entre o PEIXE BR e o Ministério para tratar da portaria. Ela mencionou que, apesar de a reunião ter sido focada em um outro ponto específico, o contato para tratar do assunto já foi feito e o tema foi discutido. Passo a palavra ao membro **Francisco Medeiros (Peixe BR)**, solicitou um documento oficial, explicando que, com base nesse documento, eles poderiam tomar as providências necessárias. Ele ressaltou a importância de saber o que foi enviado para poder dar continuidade aos próximos passos, e reiterou que a segunda etapa do processo depende da obtenção de um documento oficial. Ele explicou que, assim que receberem esse documento, poderão avaliar o que

está contemplado nele e decidir as próximas ações a serem tomadas. O Secretário - Executivo **Rivetla Edipo**, respondeu a Francisco, dizendo que tomaram nota da solicitação e que irão tomar as providências necessárias. Ele se comprometeu a encaminhar as informações solicitadas e a manter os membros devidamente informados sobre os próximos passos. Passo a palavra ao membro **Gilberto Sales (MMA)**, fez um esclarecimento sobre a confusão que ocorre em relação aos instrumentos jurídicos adequados para lidar com situações de tragédia, como enchentes ou secas extremas. Ele explicou que, nesses casos, o instrumento jurídico utilizado é o **auxílio emergencial**, e não o seguro defeso ou outras medidas relacionadas à gestão pesqueira, como frequentemente se solicita ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Gilberto detalhou que o auxílio emergencial é a figura jurídica correta para reparação de danos ou prejuízos causados por desastres naturais à pesca ou aquicultura, e que qualquer demanda nesse sentido precisa ser tratada dentro desse contexto. Ele também destacou que o MPA pode auxiliar no encaminhamento dessas demandas para o auxílio emergencial, mas que a gestão desse tipo de ação não está diretamente sob sua responsabilidade, sendo uma questão da gestão compartilhada. Gilberto explicou que a gestão da biodiversidade, que coordena o Conselho Nacional de Biodiversidade, está sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Ele informou que o conselho foi recriado recentemente e que a primeira reunião será realizada no final deste ano. Gilberto ressaltou que, embora a pauta mencionada seja relevante, ela deve ser encaminhada à Secretaria de Biodiversidade para negociação, pois não faz parte da alçada do seu departamento. Ele também pediu desculpas pela confusão em relação aos instrumentos jurídicos e afirmou que, ao esclarecer os dois pontos discutidos, conseguiu esclarecer a situação. Passo a palavra ao membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**, fez uma complementação sobre a manifestação de Gilberto em relação à questão da sísmica, especialmente na Bacia de Pelotas. Ele explicou que, após os esforços e discussões sobre o tema, uma resposta foi dada, que resultou na inclusão de um estudo específico sobre os impactos da sísmica na pesca industrial nas áreas afetadas, com um aditivo ao termo de referência. Esse estudo será realizado durante este ano e no próximo. Bailon destacou que essa ação foi uma forma de atender, em parte, a demanda levantada na reunião do CONAPE, que expressou preocupação não apenas com a Bacia de Pelotas, mas também com futuros estudos sísmicos e instalações eólicas. Ele reforçou a necessidade de garantir que a atividade pesqueira seja inclusa nas avaliações e nos licenciamentos relacionados a essas atividades, e que essa preocupação foi expressa na moção de encaminhamento da 40ª reunião do CONAPE. Ele também enfatizou que, embora o aditivo tenha sido um avanço, ele foi feito de forma apressada e sem muita discussão, e que os esforços para ampliar essa inclusão nos futuros licenciamentos devem continuar. Bailon concluiu afirmando que a questão não deve ser limitada apenas à Bacia de Pelotas, mas deve envolver uma discussão mais ampla sobre os impactos da sísmica e das instalações eólicas sobre a pesca. Passo a palavra ao membro **Luis Claudio (CBPA)**, fez uma complementação sobre os esforços para a construção da Resolução 350/2004, explicando que, após seis anos de discussões, a resolução foi finalmente consolidada com a participação de diversas partes, incluindo o pessoal da **Cisne**, que representava as empresas envolvidas. Ele enfatizou que a resolução tem se mostrado insuficiente para lidar com questões atuais, como a sobreposição da sísmica, especialmente na região da Costa do Rio de Janeiro, entre Rio de Janeiro e Angra dos Reis, onde há uma grande área afetada pelas atividades sísmicas. Luís Claudio sugeriu a necessidade de revisar o **termo de referência** e de propor uma nova resolução para ajustar os impactos da sísmica na pesca, já que o atual modelo não está atendendo adequadamente às demandas do setor pesqueiro. Ele destacou que as atividades sísmicas ocorrem por longos períodos (de novembro a maio, por exemplo), o que afeta diretamente a migração e a pesca na região. Além disso solicitou alteração na resolução 350, ele propôs que o **Ministério da Pesca** fosse incluído no **CONAMA**, pois, sem essa inclusão, o setor pesqueiro fica sem interlocução e depende das decisões de outros órgãos, sem poder influenciar ou negociar diretamente as condições que afetam a pesca. Luis Claudio sugeriu que esse ponto fosse formalizado como uma proposta para a melhoria da regulação e maior participação do setor pesqueiro nas discussões. Passo a palavra ao membro **Gilberto Sales (MMA)**, fez um comentário sobre o progresso das discussões em torno das questões de licenciamento ambiental e mudanças climáticas. Ele destacou que, com base na demanda do **SINDIPI** e outros envolvidos, foi aberto um caminho para retomar o diálogo com a área de licenciamento do **IBAMA**. Gilberto sugeriu que a oportunidade fosse aproveitada para encaminhar propostas mais abrangentes relacionadas à pesca e ao meio ambiente. Ele mencionou que a recepção dessa demanda foi muito positiva por parte do IBAMA, que atendeu prontamente às solicitações, incluindo reuniões realizadas até mesmo durante períodos de greve. Gilberto ressaltou que o ambiente está favorável para continuar avançando com essas questões e que, além disso, o **MPA** já tem assento no **CONAMA**, o que permite que essas demandas também sejam encaminhadas a esse órgão. Gilberto concluiu dizendo que o Ministério continuará a trabalhar para avançar nessa agenda e se comprometeu a coordenar com o MPA os

próximos passos para garantir que as propostas sejam levadas adiante de forma eficaz. Passo a palavra ao membro **Cadu Villaça (Conepe)**, fez um comentário sobre a importância do papel do conselho e reforçou a necessidade de fortalecer sua atuação. Ele parabenizou e agradeceu ao **SINDIPI** pela iniciativa de enviar um ofício que provocou a discussão sobre o tema, destacando o papel do conselho como um espaço para tratar de questões coletivas. Cadu mencionou que, no momento, há discussões em andamento sobre novos estudos sísmicos no Ceará, uma área crítica para a pesca, especialmente por ser uma zona de desova de lagostas, um dos maiores recursos pesqueiros do Brasil. Ele lembrou que há 45 anos, a realização de atividades sísmicas na mesma região causou uma grande quebra no recrutamento de espécies, e agora, com os novos estudos sísmicos planejados, o setor pesqueiro pode enfrentar novamente um problema similar. Cadu finalizou reforçando que essa questão precisa ser tratada de maneira coletiva pelo **CONAPE** para evitar impactos negativos à pesca e garantir a proteção dos recursos pesqueiros na região.

3. Plano Clima e Plano Clima Participativo

3.1. Com a palavra o Secretário-Executivo **Rivetla Edipo**, deu seguimento à reunião destacando o **Plano Clima** e o **Plano Clima Participativo**, que fazem parte das metas do Brasil no contexto do **Acordo de Paris** e da **Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**. Ele explicou que o mundo está enfrentando o **aquecimento global**, o que tem causado eventos climáticos extremos, como secas no norte e inundações no sul do Brasil. Rivetla destacou que o **Plano Clima** tem como objetivo combater esse aquecimento global, sendo uma responsabilidade de todos os países. No entanto, o **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)** inicialmente não estava incluído nas discussões do **Plano Clima**. Por meio de diálogos com o **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, especialmente com o secretário executivo **Capobianco**, o MPA conseguiu garantir sua participação nas discussões sobre o plano, incluindo as áreas de **adaptação e mitigação**. O MPA já enviou suas representações ao **Ministério do Meio Ambiente**, com a participação das coordenações gerais da **Secretaria Nacional de Pesca Artesanal** e da **Secretaria Nacional de Aquicultura**. Essas representações participaram ativamente da **primeira reunião do plano clima**, que aconteceu em **13 de setembro**, nas quais as representantes do MPA estiveram presentes em plenárias e oficinas setoriais. Nessas reuniões, o MPA levou as demandas e os anseios dos pescadores e aquicultores, buscando garantir que seus interesses sejam considerados nas discussões sobre os impactos das mudanças climáticas. Rivetla concluiu agradecendo ao **Ministério do Meio Ambiente** pela sensibilidade em incluir o MPA nas discussões do **Plano Clima**, ressaltando que o Ministério já está colaborando nas diretrizes para enfrentar os impactos do aquecimento global, que afetam diretamente pescadores, pescadoras e agricultores em todo o Brasil. Passo a palavra para secretaria executiva **Adriana Toledo**, iniciou sua fala explicando o andamento do **Plano Clima**. Ela destacou que o plano possui duas trilhas principais: a **trilha institucional**, que está sendo conduzida pelo **Ministério do Meio Ambiente** e o **Ministério da Ciência e Tecnologia**, com o apoio de um comitê interministerial composto por 22 ministérios, e a **trilha de participação social que envolve a escuta da sociedade e sugestões para o plano**. Adriana explicou que a **trilha institucional** visa apresentar uma primeira versão do plano na **COP 29**, que ocorrerá em novembro, no Azerbaijão, e o documento final será apresentado na **COP 30**, em 2025, no Brasil, no estado do Pará. Também será realizado um processo de conferências para validar o plano com a sociedade, sendo essas conferências de meio ambiente já anunciadas. Quanto à **trilha de Participação Social**, foi lançado o **Plano Clima Participativo**, com **oito plenárias presenciais por bioma**, nas quais o **Ministério da Pesca** participou de duas: uma no **Recife**, que tratou do bioma **marinho costeiro**, e outra no **Piauí**. Além disso, também tivemos a participação do **CONAPE**, com uma proposta apresentada pelo Conselheiro Elizeu, tivemos uma reunião do **Interconselhos**, realizada no **dia 12 de setembro**, que discutiu exclusivamente o Plano Clima e contou com a participação de cinco dos nossos conselheiros. Nessa reunião, foram analisadas as propostas mais votadas na plataforma **Brasil Participativo**, com 37 propostas no total, das quais as mais relevantes para o setor pesqueiro e de aquicultura foram discutidas. Adriana fez questão de agradecer aos membros do **CONAPE** que participaram da reunião, que se estendeu até **21h30 da noite**, destacando a contribuição de conselheiros como **Francisco Medeiros**, da **Peixe BR**, e **Régis**, da **Confederação de Pesca Amadora e Esportiva**. Ela ressaltou que muitas das propostas estavam relacionadas à **pesca e aquicultura**, e reforçou a importância da participação de todos na votação das propostas. Por fim, Adriana pediu aos presentes que, caso tivessem condições, acessassem a página do **Plano Clima Participativo**, que está disponível online até o último dia para votação. Ela sugeriu que os membros buscassem termos como **aquicultura**, **pesca** ou **território pesqueiro** na plataforma para visualizar as propostas relevantes e, caso desejasse, votar nas que considerassem mais importantes para o setor. Adriana anunciou a pausa para o intervalo, informando que as

atividades seriam retomadas às 10h40, com a discussão sobre a rede PESCA Brasil e os comitês permanentes de gestão.

4. Rede Pesca Brasil / CPG' - Resumo das Reuniões Realizadas e Devolutiva sobre Publicação do Edital e Revisão do Decreto

4.1. O Secretário-Executivo **Rivetla Edipo**, deu início ao item da agenda sobre a Rede Pesca Brasil e os comitês permanentes de gestão. Ele mencionou que o ponto em questão faz parte dos encaminhamentos da 40ª reunião do Conselho, com foco na publicação do edital e na revisão do decreto. Edipo destacou que a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal e a Secretaria Nacional de Pesca Industrial Amadora e Esportiva realizaram apresentações, nas quais serão abordados os pontos onde estão sendo discutidos no âmbito dos 10 comitês permanentes de gestão e tanto nos comitês com vertentes mais nacionais. Ele detalhou que esses comitês estão divididos entre diferentes áreas e regiões como o comitê de Atuns e Afins, Lagosta e Ornamentais, os três CPGs com temas voltados à pesca continental nas bacias centro-sul, norte e nordeste e aos quatro CPGs com temas relacionados recursos marinhos divido regionalmente Dermesais e Pélago entre as regiões norte, nordeste, sul e sudeste. O Secretário-Executivo **Rivetla Edipo** informou que precisaria se ausentar às 11:00 da manhã e que, por isso, passaria a condução dos trabalhos para Adriana Toledo. Passa a palavra para o membro **Agnaldo (SINDIP)**, iniciou sua fala mencionando estava recebendo representantes do Ministério da Pesca e certificadores para uma visita técnica, que envolvia a certificação de embarcações. Ele enfatizou a importância da participação da PESCA BR e destacou o compromisso de fortalecer as demandas do setor, especialmente no que diz respeito aos pleitos da pesca. O Secretário-Executivo **Rivetla Edipo**, agradeceu a Agnaldo e fez um breve relato sobre a auditoria realizada no Brasil por auditores do Reino Unido. Ele explicou que a auditoria começou em Belém, passou pelo Rio Grande do Norte, seguiu para o Paraná e, no momento, estava em Santa Catarina. Rivetla expressou sua compreensão e agradecimento pelo empenho da PESCA BR e do SINDIPI, destacando a importância do trabalho realizado e a expectativa de que esses esforços possibilitem, no futuro, a abertura do mercado do Reino Unido para os produtos do setor pesqueiro. Passa a palavra para **Adriana Toledo Secretaria Executiva**, deu sequência à reunião e convidou Sandra Silvestre, diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, para falar com os presentes. Adriana explicou que Sandra, junto com Jocemar, coordena os Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) e agora iria compartilhar informações relevantes com o grupo.

4.2. Com a palavra, **Sandra Silvestre**, Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial Amadora e Esportiva, trouxe um apanhado de todas as reuniões dos CPGs que aconteceram até data desta reunião, elencado os principais assuntos que foram discutidos. os Comitês Permanentes de Gestão (CPGs), especialmente as recomendações feitas durante as reuniões. Foram apresentados os objetivos dos CPGs, que visam apoiar os Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Meio Ambiente na formulação e implementação de medidas para a gestão sustentável da atividade pesqueira, incluindo fomento, monitoramento, controle e pesquisa. Foram abordados os diferentes comitês e suas respectivas reuniões, destacando as recomendações de gestão mais relevantes em cada um deles.

4.3. Com a palavra **Jocemar Mendonça** Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, é responsável pela coordenação de cinco Comitês de Pesca e Gestão (CPGs), que cobrem diversas regiões, incluindo as bacias hidrográficas e áreas pesqueiras do país. Esses comitês têm se reunido desde o ano passado e, em alguns casos, estão em fase de construção e adaptação de suas estruturas e metodologias de trabalho, com um enfoque na gestão compartilhada e no desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. Os CPGs discutem a gestão dos recursos pesqueiros, abrangendo desde a biologia das espécies até o fomento da atividade pesqueira. Um dos principais focos é a análise das espécies mais importantes para a pesca artesanal, como a pescada e a sardinha, com a avaliação de sua sustentabilidade e impactos nas comunidades pesqueiras. Um exemplo importante é o Comitê de Pesca de Lagosta, que já está em funcionamento há algum tempo, com diversas reuniões realizadas para discutir questões de gestão do recurso, incluindo a ordenação da frota pesqueira e a regulamentação da pesca. As reuniões resultaram em várias recomendações, com foco na melhoria contínua da gestão da atividade pesqueira, considerando os problemas enfrentados no setor e as ações colaborativas com o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos governamentais. Além disso, o CPG Norte e o CPG das Bacias Hidrográficas discutiram questões relacionadas à pesca na bacia amazônica, com ênfase em práticas sustentáveis e na gestão de espécies como a pira-caatinga. O trabalho também abrangeu a avaliação de períodos de defeso e a implementação de portarias para regulamentação da pesca. Uma plataforma online está sendo desenvolvida pelo Ministério da Pesca, onde as recomendações e suas respectivas implementações podem ser monitoradas por todos os envolvidos no setor pesqueiro, garantindo transparência e acompanhamento contínuo dos resultados. Essas reuniões e discussões são fundamentais para promover o diálogo e o desenvolvimento de soluções eficazes

para os desafios enfrentados pela pesca artesanal e suas comunidades. A Secretaria Executiva **Adriana Toledo**, agradeceu pela apresentação de Jocemar e Sandra, seguida pela abertura para as contribuições dos participantes, com quatro inscritos para falar.

4.4. Com a palavra o membro **Felipe Weber (Abla)** destacou que, embora a gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente já exista, ainda não há uma norma específica que a regulamente. Felipe mencionou que a falta de uma regulamentação clara tem dificultado as discussões no âmbito do CPGS, dificultando o entendimento do fluxo de trabalho e as diretrizes a serem seguidas. Por fim, ele questionou se há alguma previsão para a normalização dessa gestão compartilhada. **Sandra Silvestre** informou que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) está se reunindo semanalmente para elaborar um decreto que regulamentará a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. No entanto, ele esclareceu que a revisão do decreto relacionado à Rede Pesca Brasil será tratada separadamente. Portanto, dois decretos serão mantidos: um focado na regulamentação da gestão compartilhada e o outro na Rede Pesca Brasil, tema que será abordado em seguida por Jocemar. Com a palavra o membro **Gilberto Sales (MMA)**, explicou que os ministérios envolvidos estão trabalhando de forma contínua e produtiva, com reuniões semanais, para elaborar a proposta de regulamentação da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. A previsão é que a norma seja submetida para publicação até o final do ano. Com a palavra o membro **Agnaldo Hilton (Pesca BR)**, agradeceu a oportunidade de falar e aproveitou para reforçar a importância da ratificação da portaria 0324, que limita a área de pesca para cerco traineiro no sudeste e sul do Brasil. Ele destacou que, devido a mudanças climáticas e à migração da sardinha para o sul, a área de pesca autorizada foi ampliada, permitindo a pesca desde o sudeste até o Rio Grande do Sul. O representante também enfatizou que essa medida é crucial para o fortalecimento das indústrias pesqueiras e para a sustentabilidade econômica do setor, sem prejudicar outras modalidades de pesca. Solicitou que o CONAPE continue a apoiar essa iniciativa, reconhecendo sua importância para o setor produtivo e a preservação da pesca. **Sandra Silvestre (SNPI)**, o tema foi abordado no último CPG, onde houve consenso sobre a ampliação da área de atuação da frota de cerco traineira para o sul. No entanto, alguns membros do CPG destacaram a necessidade de estabelecer regras específicas para regulamentar essa expansão. Foi acordado que, até o dia 20 de setembro, o setor enviará sugestões para essas regras, a fim de garantir um controle adequado sobre a nova área de pesca. O membro **Agnaldo Hilton (Pesca BR)**, destacado que o parecer do grupo técnico científico (GTC) já é favorável à ampliação da área de pesca, sendo necessário apenas formalizar essa decisão. A intenção é garantir uma prática de pesca sustentável e consensual. O setor está avançando nesse processo, mas é fundamental que o MPA e o MMA compartilhem suas abordagens para evitar prejuízos para qualquer parte envolvida. A sugestão foi de incluir esse tema em pauta nas próximas reuniões do CPG Pelágico, para que a questão seja tratada com a devida atenção. Com a palavra **Carlos Eduardo (Conepe)**, levantou uma preocupação sobre a classificação de algumas espécies no CPGS, especificamente a pescada amarela, que está atualmente incluída no grupo de pelágicos. O grupo técnico científico tem discutido essa questão, sugerindo que talvez seja necessário revisar essa alocação, já que, ecologicamente, essas espécies deveriam estar classificadas entre os demersais. A questão foi destacada como uma preocupação contínua, com a intenção de garantir que a categorização das espécies seja a mais adequada possível. O **Jocemar (SNPA)**, explicou que a inclusão de algumas espécies no grupo de pelágicos, como a cavala e a serra, ocorreu devido ao fato de que os pescadores trabalham com essas espécies, além das demersais, em determinadas épocas. A proposta dentro do comitê foi de que o CPG pudesse apoiar a gestão dos recursos demersais sem que houvesse competição entre os grupos. Com a palavra o membro **Marco Aurelio Bailon (Aoceano)**, mencionou a questão sobre a elaboração da normativa relacionada à pesca do tubarão azul, uma espécie crucial para a frota do sudeste e sul, que enfrenta grandes incertezas jurídicas quanto à sua captura. O tubarão azul tem uma cota internacional de 3.400 toneladas anuais, mas a frota está enfrentando dificuldades em seguir as diretrizes, pois ainda não há clareza sobre as regras para essa pesca. Foi mencionado que o tema já foi discutido em diversas instâncias, incluindo o CPG e o CTG, e que o Ministério da Agricultura já elaborou seu parecer e normativa, encaminhando-os ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). No entanto, até setembro, não houve atualizações sobre a publicação dessa normativa. Foi solicitado um posicionamento claro sobre o andamento da gestão compartilhada e sobre a regulamentação necessária para a pesca do tubarão azul. A **Sandra Silvestre (SNPI)**, informado que a normativa relacionada à pesca do tubarão azul está em fase de finalização pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O processo demorou um pouco devido a ajustes necessários e discussões internas dentro do MPA. Uma reunião foi agendada para o dia 20, com a participação do Ministério da Agricultura, para discutir as minutas da normativa, incluindo a do tubarão azul. Após o alinhamento técnico entre os dois ministérios, o processo será oficialmente encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente para análise e manifestação. A **Secretaria Executiva Adriana Toledo**, destacado que a pauta

sobre o tubarão azul foi solicitada pela Abipesca e incluída no CONAPE, durante o período de apresentação de pautas. Um convite foi enviado ao Ibama para que participasse da discussão sobre o tema, e o convite foi aceito. O Ibama estará presente na reunião agendada para o dia seguinte, oferecendo a oportunidade de aprofundar o debate. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente também está envolvido e será convidado a contribuir, caso necessário. Com a palavra o membro **Gilberto Sales (MMA)**, informou que a revisão da minuta está em andamento e deve ser finalizada ainda nesta semana, com previsão de encaminhamento para publicação em breve. Em relação à presença do Ibama na reunião seguinte, que ocorrerá a convite do CONAPE, foi ressaltado que o Ibama irá apresentar a situação do NDF. No entanto, foi sugerido que a discussão de cada tema relacionado aos CPGs seja tratada de forma mais específica dentro de seus respectivos comitês ou em paralelo, para que a reunião não se estenda em debates extensivos. O ponto final é que a minuta está pronta para ser discutida e publicada até o dia 20. O **Marco Aurelio (Aoceanos)**, esclareceu que o objetivo da intervenção foi levantar questões relacionadas aos encaminhamentos do CPG, sem entrar em detalhes profundos sobre as demandas específicas. O participante aproveitou a oportunidade para fazer o questionamento necessário, com a intenção de obter um esclarecimento dentro do âmbito do CONAPE. Ao final, afirmou que sua dúvida foi atendida, considerando a explicação recebida satisfatória. Com a palavra **Jose Henrique (Conttmaf)**, preocupado com os impactos de uma possível limitação na área de pesca em torno do Cabo de Santa Marta, especificamente em relação à pesca de cerco. Foi destacado que, após um incidente ocorrido fora da barra de Rio Grande, não se pode punir todo o setor por um acidente isolado, e que a imposição de um limite de pesca seria prejudicial, levando a um possível colapso da atividade pesqueira. A pesca de sardinha, especialmente, tem se deslocado para o sul devido às mudanças climáticas, o que tem sido crucial para a frota, principalmente no período de 2023-2024. Foi feito um apelo aos órgãos competentes, como o MMA, o Ibama, o Ministério da Pesca e o CONAPE, para que considerem com atenção as consequências socioeconômicas dessa limitação, que afetaria não apenas os pescadores, mas também a indústria local. A **Sandra Silvestre (SNPI)**, reforçado durante a reunião que houve consenso no Comitê de Pesca (CPG) sobre a extensão da área de captura até o Chuí. No entanto, surgiram intervenções relacionadas à necessidade de estabelecer normas associadas a essa extensão. O setor está aguardando o envio dessas contribuições até o dia 20 de setembro. Após a recepção das sugestões, será iniciado o trabalho conjunto entre o MPA e o MMA para elaborar e publicar a normativa que formaliza essa extensão.

4.5. Publicação do Edital e Revisão do Decreto - Com a palavra Jocemar (SNPA), Destacou-se a revisão do decreto vigente, que está sendo ajustado para refletir as mudanças nas políticas de gestão, além da criação de um novo perfil para os Comitês de Pesca (CPGs). A proposta busca tornar esses comitês mais inclusivos, com a participação mais ativa de diversos setores, como o pesqueiro industrial e artesanal, além de fomentar uma maior presença virtual e presencial nas reuniões. Também foi mencionada a necessidade de revisar a estrutura de participação no CPG, incluindo um novo equilíbrio entre os diferentes setores representados, com ênfase na multidisciplinaridade e na maior inclusão da sociedade civil. Essa proposta ainda está em fase de discussão interna no Ministério e será debatida com o Ministério do Meio Ambiente para garantir uma gestão mais ampla e eficaz.

5. APRESENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM PESQUISA REALIZADO PELO MPA

5.1. O Ministro em **Exercício Rivetla Édipo** informou que este item foi solicitado pelos membros na reunião anterior, que pediram uma explanação sobre os projetos de pesquisa financiados com recursos orçamentários do MPA. Para atender a essa demanda, foram convidados representantes de diversas secretarias do MPA, incluindo Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Aquicultura, e Registro, Monitoramento e Pesquisa. Cada secretaria teve a oportunidade de apresentar os projetos de pesquisa realizados em suas áreas específicas. A primeira apresentação foi conduzida pela Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa. Com a palavra o Diretor **Marcelo Vianna (SERMOP)**, iniciou com um panorama sobre a importância da ciência na gestão pesqueira e aquícola para o desenvolvimento sustentável. Destacou que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, com uma biodiversidade vasta e diversas formas de pesca, é essencial a coleta e análise de uma grande quantidade de informações. A pesquisa, segundo o apresentador, tem o objetivo de suprir essa necessidade de dados, tanto para gerar conhecimento científico quanto para resgatar e consolidar informações tradicionais, que são essenciais para a gestão eficiente dos recursos pesqueiros. Foi ressaltado que, embora a pesquisa esteja centralizada na Secretaria de Monitoramento e Pesquisa (SERMOP), as demais secretarias do MPA, como as de Pesca Artesanal, Pesca Industrial e Aquicultura, têm autonomia para desenvolver suas próprias linhas de pesquisa, que devem ser estimuladas e incentivadas. O diretor também mencionou que, historicamente, o Brasil enfrentou desafios em relação à consolidação de informações pesqueiras. Embora houvesse dados disponíveis, eles estavam dispersos e não oficializados. Uma das prioridades da nova gestão foi justamente organizar e consolidar essas informações, a fim de tornar

os dados pesqueiros mais acessíveis e confiáveis para decisões de política pública e gestão sustentável. Com a palavra o **Secretario-Substituto Nacional de Aquicultura Paulo Faria**, iniciou destacando o decreto PROAQUI, publicado no final do ano anterior, que prioriza a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação na aquicultura. Ele explicou que foram investidos cerca de 74 milhões de reais em 54 Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com instituições de ensino e pesquisa, visando fortalecer a infraestrutura e a capacitação na área. Paulo Faria mencionou que o setor possui atualmente 35 cursos técnicos e 51 de graduação em aquicultura, e que um aporte de 10 milhões de reais foi destinado a 20 instituições para melhorar as condições de ensino e pesquisa, incluindo práticas de aquicultura familiar. Além disso, foi destacado o projeto "Multiplicadores Aquícolas", que já capacitou mais de 4.500 alunos, ampliando a capilaridade das ações de pesquisa no setor. Também foi mencionada a parceria com a Embrapa, incluindo iniciativas como a implantação de sistemas de bi flocos e o levantamento georreferenciado de viveiros escavados, em colaboração com o IBGE. Enfatizou a importância dessas ações, embora o Secretário tenha reconhecido a limitação de recursos. Com a palavra a Diretora **Juliana Lopes (SNA)**, apresentou dois projetos principais do Departamento de Águas da União, com foco na aquicultura: Tecnologias de Cultivo de Moluscos Bivalves no Nordeste, em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, com investimento de 1 milhão de reais. O objetivo é desenvolver métodos adaptados às condições locais, onde os cultivos tradicionais são vulneráveis a predadores. Monitoramento Ambiental em Reservatórios de Hidrelétricas, também com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, com investimento de 5,5 milhões de reais. O projeto inclui a análise do impacto da aquicultura e do ciclo de carbono nos peixes e moluscos, visando mitigar impactos ambientais e melhorar as práticas do setor. **Juliana Lopes** mencionou a Rede Nacional de Monitoramento Ambiental da Aquicultura, que envolve diversas unidades da Embrapa e estuda o impacto ambiental da aquicultura em reservatórios de hidrelétricas. O objetivo é melhorar as condicionantes ambientais exigidas aos produtores e obter resultados sobre o impacto real da atividade nos próximos anos. O secretario-substituto **Paulo Faria (SNA)**, explicou como as propostas podem ser enviadas à Secretaria Nacional de Agricultura. As instituições têm liberdade para submeter ideias que se alinhem aos objetivos do PROAQUI, visando melhorar o acesso e a infraestrutura de pesquisa. Ele destacou que todas as propostas que atendem às necessidades do setor serão bem aceitas. Faria mencionou dois exemplos de parcerias com outros ministérios: Chamada do CNPq: Em parceria com o MCTI, será lançada uma chamada pública para pesquisa em agricultura orgânica e agroecologia, com um investimento de até R\$ 80 milhões. As instituições da área devem se preparar para submeter suas propostas. RECARCINA: Quando a Secretaria não tem recursos para uma proposta, busca parcerias com instituições como FINEP e MCTI para garantir o financiamento necessário. Faria concluiu incentivando as instituições, especialmente as ligadas ao CONAPE, a trazerem suas demandas para a Secretaria, para que possam ser ajustadas e financiadas por meio de parcerias. Com a palavra **Dárlio Inacio (SBFic)**, cumprimentando todos e explicando que não havia se manifestado pela manhã, aproveitando a oportunidade para se apresentar. **Dárlio Inacio** pediu mais informações sobre o projeto, destacando que existem dois tópicos: um específico sobre a Malacocultura e outro mais amplo, envolvendo o meio ambiente com a Embrapa. Solicitou detalhes sobre como obter acesso às informações sobre a execução do projeto no Nordeste, quais instituições estão envolvidas além da Embrapa, quem está coordenando e se o projeto já está em andamento ou se será iniciado futuramente. Com a palavra **Juliana Lopes (SNA)**, respondeu à pergunta de Dárlio, explicando que o projeto relacionado à Malacocultura será desenvolvido inicialmente apenas para os estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Ela informou que o projeto está sendo realizado em parceria com a Embrapa Tabuleiros, com o pesquisador Jefferson à frente da pesquisa. Ela destacou que, à medida que os resultados forem sendo obtidos, os dados da pesquisa serão compartilhados e apresentados. Com a palavra **Francisco Medeiros (PEIXESBR)**, destacou que tem acompanhado de perto as apresentações e os convênios publicados no painel de transparência e no Diário Oficial da Secretaria Nacional de Agricultura e Pesca. Ele elogiou o trabalho realizado, mas levantou uma preocupação importante para o setor produtivo, especialmente na piscicultura. Francisco apontou que, até o momento, não houve uma abertura significativa para que os produtores possam expressar suas necessidades e demandas. Apesar de haver uma grande quantidade de recursos disponíveis, ele questionou quando o setor produtivo será ouvido diretamente, de modo que os recursos possam ser direcionados para resolver as questões específicas enfrentadas pelos produtores. Francisco observou que os convênios assinados até então foram mais voltados para as universidades e pesquisadores, que são, de fato, qualificados, mas reforçou que os produtores estão ansiosos por soluções práticas. Ele enfatizou que a falta de diálogo com o setor produtivo não se deve à escassez de recursos, mas sim à falta de uma abordagem mais direta com as demandas do campo. **Francisco Medeiros** concluiu sua fala destacando que sua intenção era contribuir para uma melhor condução dos recursos, visando atender de maneira mais eficaz as

necessidades do setor. Com a palavra **Paulo Faria (SNA)**, destacou a importância de manter uma comunicação constante com o setor produtivo para entender e atender às suas necessidades. Ele mencionou que essa interação começa com o financiamento de eventos, como o IFC, Espomar, Aquishow e FENACAM, que foram apoiados pelo ministério. Esses eventos funcionam como um ponto de encontro entre o setor produtivo e as instituições de pesquisa, permitindo que surjam novas demandas e ideias para possíveis parcerias. Caso haja necessidade de executar alguma ação para melhorar o setor, um edital precisa ser aberto, e essa parceria deve ser constante para garantir a eficácia das soluções propostas. Paulo também comentou sobre as dificuldades enfrentadas devido ao contingenciamento de recursos neste ano, o que impossibilitou a execução de ações planejadas. No entanto, ele acredita que, em breve, mais recursos estarão disponíveis, permitindo que o ministério atenda melhor às demandas do setor. Com a palavra **Francisco Medeiros (PEIXESBR)**, explicou que sua questão não era sobre agenda, mas sobre direcionar os recursos para pesquisas que atendam às necessidades do setor produtivo, sem excluir as universidades. Ele citou um exemplo no Mato Grosso, onde um convênio não focou no setor pesqueiro, e destacou que o MPA deve alinhar suas pesquisas aos interesses dos produtores. Discordou da falta de recursos, mencionando uma demanda de R\$ 120 mil da Peixe BR que não foi atendida. Como sugestão, pediu que na próxima reunião sejam apresentados detalhes dos convênios, para facilitar a interação com as universidades. O Secretário-substituto **Paulo Faria**, destacou a importância de uma articulação direta entre o setor produtivo e as universidades, além da intermediação do Ministério. Ele explicou que, embora o Ministério desempenhe um papel importante, a colaboração entre as universidades e o setor produtivo é fundamental para o sucesso das pesquisas. Paulo ressaltou que as instituições, geralmente federais ou estaduais, são as responsáveis pela execução das pesquisas e podem receber recursos, mas é essencial que essas pesquisas estejam alinhadas com as necessidades reais do setor produtivo. Passo a palavra o membro **Manuel Braz (ABA)**, iniciou sua fala cumprimentando a todos e, em seguida, compartilhou que já existem acordos de confidencialidade (NDAs) firmados com a Embrapa e com universidades para o desenvolvimento de estudos nas áreas de aquaponia e de lemineazola. Ele expressou interesse em saber quais são os passos necessários para estabelecer uma parceria com o Ministério para dar continuidade a essas pesquisas que já estão em andamento. **Paulo Faria (SNA)**, explicou que, para conseguir um financiamento específico, a associação precisa realizar um trabalho em parceria com instituições como a Embrapa, universidades ou outros centros de pesquisa. A solicitação de recursos deve ser feita por essas instituições, pois o financiamento é destinado diretamente a elas. Paulo apoiou a ideia de que é necessário realizar pesquisas sobre o desenvolvimento de protocolos para fabricação de ração para lemineazola, destacando que a pesquisa poderia ser realizada em conjunto e acompanhada de ações de divulgação, como publicações. Contudo, ele ressaltou que o financiamento deve ser solicitado por instituições de pesquisa. Para associações da sociedade civil, como a que participam da reunião, o financiamento pode ser obtido através de editais específicos, como o que ocorreu no ano passado, voltado para a aquicultura familiar. Nesse caso, é necessário que o tema da pesquisa seja desenvolvido pela própria associação, e um edital seja aberto para selecionar os projetos que receberão o recurso. Com a palavra **Marilsa Patrício (Peixe SP)**, iniciou sua intervenção com uma saudação e um questionamento sobre as ações da secretaria, buscando um melhor entendimento sobre a abrangência delas. Ela destacou um ponto levantado por Francisco e mencionou a ausência do Ministério da Educação no discurso de Paulo, sugerindo que esse ministério deveria ser incluído no projeto, especialmente em relação à inclusão da aquicultura e piscicultura nos currículos universitários. Marilsa mencionou que algumas faculdades de Veterinária, por exemplo, incluem apenas um semestre sobre zoonoses e doenças relacionadas à piscicultura, e questionou se há esforços para expandir esse tipo de conteúdo nas universidades. Além disso, Marilsa abordou questões práticas do setor, como a falta de informações sobre a disponibilidade de seguros e fundos para o setor produtivo, especialmente em emergências, como os recentes problemas no Rio Grande do Sul. Ela sugeriu que recursos poderiam ser destinados a um fundo para atender a essas necessidades. Marilsa fez um contraponto à abordagem voltada para a infraestrutura das universidades, enfatizando que seria mais produtivo focar em ações que atendam diretamente aos interesses e necessidades do setor produtivo, como seguro e fundos emergenciais. **Paulo Faria (SNA)**, reconheceu que não mencionou o Ministério da Educação (MEC) anteriormente, mas explicou as articulações em andamento. O MEC está envolvido em um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Pesca e Agricultura (MPA), focado na formação de cursos técnicos e apoio à pesquisa em aquicultura. O PRONATEC financia a capacitação com recursos do MEC e do MPA, priorizando instituições que atuam diretamente na área. Quanto às questões do setor, como seguros, Paulo esclareceu que esses temas não estão diretamente ligados à pesquisa, mas que há um esforço para identificar seguradoras e trabalhar em um fundo para emergências. Com a palavra **Darlio Inacio (SBFIC)**, de forma breve, questionou o Professor Paulo sobre o Pronatec. Ele

perguntou se o programa já havia iniciado e se existe alguma estratégia de divulgação planejada para ele. **Paulo Faria (SNA)**, explicou que o Pronatec está atualmente na fase de transferência de recursos. Ele informou que, enquanto o Ministério da Educação (MEC) já formalizou os termos com as instituições, o Ministério ainda não concluiu essa etapa. No entanto, garantiu que haverá uma grande divulgação do programa, com foco no público da área da agricultura, e que todos serão informados em breve sobre os comunicados. Com a palavra **Ronaldo Cavalli (Aquabio)**, mencionou sobre a pesquisa aplicada ao setor produtivo. Ele destacou que os pesquisadores são frequentemente cobrados para publicar, o que limita o foco em questões práticas. Para resolver esse problema, sugeriu utilizar recursos do Ministério para criar editais através do sistema CNPq, com a obrigatoriedade de participação do setor produtivo. Ronaldo propôs formar uma comissão composta por representantes do setor, academia, CNPq e MPA para coordenar o processo, como foi feito no desenvolvimento da monocultura no Chile. Ele enfatizou que essa abordagem ajudaria a alinhar as pesquisas às necessidades do setor produtivo, ao mesmo tempo que permitiria às universidades trabalhar com maior foco nas demandas práticas. **Paulo Faria (SNA)**, destacou a importância de os pesquisadores e professores estarem próximos do setor produtivo para entender suas reais demandas. Ele finalizou afirmando que esse trabalho será uma prioridade. **Jocemar Tomasino** representante da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, iniciou sua fala destacando os investimentos da Secretaria em ações voltadas à pesca artesanal, com um total de 46 milhões de reais destinados a diversas áreas, como ordenamento pesqueiro, saúde, educação e fortalecimento das comunidades pesqueiras. Ele mencionou o programa "Jovem Cientista da Pesca Artesanal", que busca envolver jovens na pesquisa e desenvolvimento de soluções para o setor, e falou sobre projetos importantes no Norte do Brasil, como estudos sobre o Piracatinho e o apoio à segurança alimentar e saúde dos pescadores. Além disso, destacou a "pesquisação", que integra pesquisa científica com as necessidades do setor, e a capacitação de pescadores em diversas regiões, como no Nordeste, Maranhão e Centro-Sul. Projetos também foram mencionados no Rio de Janeiro e Santa Catarina, com foco na organização da cadeia produtiva e fortalecimento da participação feminina. **Jocemar** concluiu ressaltando a importância de fortalecer a extensão pesqueira e a conexão entre pesquisa e as necessidades práticas das comunidades pesqueiras, com o objetivo de apoiar o setor de forma mais eficaz nos próximos anos. Com a palavra o membro **Dárlio Inacio (SBFic)**, iniciou sua fala agradecendo a apresentação e destacando o grande número de atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Ele mencionou que tem acompanhado com interesse os projetos, especialmente aqueles voltados à saúde do trabalhador da pesca, área na qual sua associação, em parceria com outros grupos, já está realizando ações para estudar a saúde das mulheres pescadoras. Por fim, **Darlio** parabenizou a Secretaria pelos projetos e solicitou informações adicionais sobre o projeto de saúde para os trabalhadores da pesca. Ele expressou interesse em saber mais sobre como o projeto está sendo desenvolvido, quais instituições estão envolvidas e como acessar mais informações, como contatos de e-mail ou WhatsApp, para aprofundar seu envolvimento nas iniciativas. Jocemar Tomasino (SNPA), iniciou sua fala agradecendo a Dário e, em seguida, explicou o trabalho em andamento em parceria com o **Ministério da Saúde** e a **Fiocruz** voltado para a saúde dos pescadores e pescadoras. Ele destacou que o projeto inicial está focado em identificar as áreas que necessitam de agentes de saúde, e a Fiocruz está colaborando com a capacitação desses profissionais. O objetivo é melhorar o atendimento tanto dos agentes de saúde do Ministério da Saúde quanto dos profissionais das comunidades, para que possam oferecer um atendimento de saúde mais qualificado aos pescadores e pescadoras. **Jocemar Tomasino** explicou que este projeto inicial está em fase de expansão, com o intuito de **capacitar mais agentes de saúde** nas comunidades e aprimorar o atendimento das doenças que afetam os pescadores. Além disso, os funcionários do SUS dessas áreas são capacitados para oferecer um atendimento mais eficaz, especialmente em relação a enfermidades que afetam essas comunidades, mas que muitas vezes não são destacadas no atendimento geral. O objetivo é melhorar a cobertura e o atendimento para essas populações, que normalmente ficam à margem dos serviços de saúde convencionais. **Paulo Faria (SNA)**, complementou a fala destacando que o público da aquicultura também está incluído no acordo de saúde em discussão. Ele mencionou que, para identificar quem são os beneficiários desse projeto, foi realizado um levantamento detalhado, utilizando o Cadastro de Aquicultor Familiar (CAF) e os números do RGP (Registro Geral de Aquicultores), que incluem as licenças dos aquicultores. Isso foi feito com o objetivo de determinar o número de pessoas que poderão ser atendidas e beneficiadas por essa iniciativa. Com a palavra **Luís Cláudio (CBPA)**, destacando a falta de informações mencionada pelo professor Marcelo, concordando que realmente há uma carência de dados. Ele então trouxe um exemplo positivo, mencionando o programa **Pemap**, que monitora a atividade pesqueira nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e parte do Sul. Embora o programa tenha iniciado há cerca de quatro anos, ele acredita que agora já existem dados relevantes para a área. Em seguida, Luiz Cláudio propôs que a gestão compartilhada de

dados poderia ser uma solução para essa falta de informações. Ele sugeriu que os dados do Ministério do Meio Ambiente, em colaboração com o Ministério da Pesca, possam ser compartilhados, especialmente dados provenientes do IBAMA, que licenciou atividades de petróleo. Esses dados poderiam facilitar o ordenamento de territórios de pesca, ajudando a melhorar a gestão pesqueira e a concessão de licenças para pescadores. Luiz também questionou como é possível realizar o ordenamento de territórios de pesca sem dados suficientes e destacou a importância de buscar essas informações, que provavelmente estão armazenadas no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA. Por fim, ele mencionou os impactos de atividades como o descondicionamento de plataformas de petróleo, que podem afetar o fundo marinho e gerar novas dificuldades para a pesca. Com a palavra o **Ministro em Exercício Rivetla Édipo**, complementou a fala de Luiz Cláudio, afirmado que o MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) já está trabalhando junto ao Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias, incluindo o IBAMA, para obter dados relevantes. Ele mencionou que o MPA já enviou ofícios solicitando dados sobre o monitoramento das condicionantes de empreendimentos, tanto no setor de petróleo quanto em hidrelétricas. Édipo reconheceu que, embora existam esses dados, eles estão dispersos e difíceis de acessar. Para resolver isso, o MPA iniciou, em 2023, uma estratégia para concentrar essas informações e entrar em contato com os responsáveis pelos dados espalhados pelo país. Além disso, ele destacou que o MPA está em processo de negociação com o IBAMA para firmar um acordo de cooperação técnica, o que visa aumentar a celeridade no acesso a essas informações e facilitar o fluxo de dados entre os órgãos, beneficiando assim o trabalho do Ministério da Pesca.

Passo a palavra ao membro **Edivaldo Soares (CNPA)**, iniciou sua intervenção agradecendo o esforço da Secretaria pelos programas mencionados por Jocemar, mas reforçou que, conforme discutido anteriormente no CONAPE, o verdadeiro desafio da pesca artesanal é a criação de um programa de jovem aprendiz de pesca. Ele destacou que, embora o setor de pesca seja considerado uma profissão de risco, o pescador não tem direito a benefícios como salubridade, e ao se aposentar, recebe apenas o salário-mínimo. Edivaldo também criticou a atual situação da emissão de carteiras de pesca, que, segundo ele, se transformou em uma indústria do comércio. Ele apontou que muitas pessoas, fora das colônias e federações, estão solicitando essas carteiras de forma irregular, o que compromete a credibilidade do processo. Para Edivaldo, o Ministério da Pesca precisa tomar uma postura firme e regulamentar adequadamente a emissão desses documentos, não apenas permitir que qualquer pessoa tenha acesso a eles sem a devida qualificação para exercer a profissão de pescador. Ele comparou essa situação com outros documentos profissionais, como a carteira de motorista e a OAB, ressaltando que o direito ao documento é uma coisa, mas emitir-lo para permitir o exercício da profissão é outra. Edivaldo expressou sua preocupação com a convivência do Ministério da Pesca, que, em sua opinião, está permitindo que a emissão de documentos continue de maneira irregular, o que pode gerar futuros escândalos e prejudicar a credibilidade do Ministério. O ministro em exercício **Revitla Édipo**, reconheceu e validou o desabafo de Edivaldo, destacando que o tema relacionado ao **registro e monitoramento da pesca** estará presente na **agenda do dia seguinte**. Ele afirmou que, embora o assunto fosse relevante, seria mais adequado discutir com mais profundidade durante o **período reservado para esse tópico** na manhã seguinte.

Passo a palavra ao membro **Eliseu Brito (FAEP)**, destacando a importância da universidade e das pesquisas no contexto atual, especialmente no que diz respeito ao benefício do pescador. Ele apontou que, no Nordeste, há desafios específicos relacionados à seca e à falta de apoio direto aos pescadores, como a falta de espécies nativas essenciais para a produtividade pesqueira. Para ele, as universidades devem ter como meta a compensação para os pescadores, propondo a entrega de alevinos para as entidades de pesca, sem a necessidade de formalizar o processo de fechamento, facilitando a distribuição. Eliseu também mencionou a existência de um programa de compra direta da produção, mas criticou a falta de infraestrutura adequada para que os pescadores e pequenos empreendedores possam comercializar seus produtos, como filés e almôndegas, de forma rentável. Segundo ele, os entepostos precisam ter responsabilidade e condições de manutenção operacional, mas os custos são elevados e não compensam, dificultando a viabilidade do programa. Ele finalizou reiterando a necessidade de focar na pesquisa e implementar a compensação para que os pescadores realmente se beneficiem.

Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapessa)**, iniciou sua fala agradecendo e pedindo desculpas pela inscrição tardia. Ele trouxe à tona dois pontos essenciais discutidos em encontros anteriores (CONAPE e regionais) sobre saúde e a pesca artesanal. Primeiramente, destacou a necessidade de programas de saúde específicos para pescadores, especialmente mulheres pescadoras e marisqueiras, que enfrentam agravos de saúde decorrentes de suas atividades, como infecções pela exposição constante à água. Ele enfatizou que o SUS, apesar de sua boa vontade, não oferece a agilidade necessária para esses casos, e é urgente a criação de programas específicos para tratar essas questões, com agentes de saúde capacitados para monitoramento e atendimento. Em seguida, Ajax manifestou apoio à discussão sobre a pesca artesanal e a renovação da frota,

questionando a tendência de a pesca artesanal ser substituída por empresas maiores, o que poderia resultar na descontinuação da atividade para os pescadores pequenos. Ele defendeu que é preferível que os jovens sigam a profissão de pesca, aprendendo com familiares, do que se envolver em atividades de risco, como o tráfico. Para isso, é essencial promover inovação na frota e inclusão dos jovens na pesca artesanal. Passo a palavra para Secretaria Executiva **Adriana Toledo**, comentou sobre a questão da saúde, informando que está em andamento uma parceria com o Ministério da Saúde para a criação do Programa Nacional de Atenção à Saúde aos Povos das Águas. Ela destacou que os TEDs apresentados por Josemar fazem parte desse programa, com o objetivo de capacitar os agentes comunitários de saúde e oferecer atendimento especializado e focado nas necessidades dessa população, incluindo pescadores e outros trabalhadores da água.

Passo a palavra a Diretora **Sandra Silvestre (SNPI)**, apresentou um resumo das ações da Secretaria Nacional de Pesca e Indústria Amadora Esportiva, destacando 15 TEDs formalizados, com um total investido de mais de R\$ 23 milhões, abrangendo todas as regiões do país. Entre os projetos, estão pesquisas na área de biologia pesqueira, como o monitoramento do tubarão azul no Atlântico Sul e estudos sobre a dinâmica populacional dos bagres na Amazônia Legal. Na pesca amadora esportiva, são realizados TEDs focados no manejo das espécies e no desenvolvimento de aplicativos para monitoramento. Sandra também destacou iniciativas na ornamentação e aquarofilia, com foco na capacitação de empresas para melhorar a qualidade e competitividade no mercado internacional, e na indústria do pescado, com TEDs voltados para qualificação profissional, descarbonização da atividade pesqueira e tecnologias de conservação do pescado a bordo, especialmente nas embarcações de camarão. Passo a palavra o membro **Reginaldo Portari (CBPE)**, questionou a diretora sobre as ações da Pesca Esportiva Amadora, especificamente sobre o aplicativo em desenvolvimento e o estudo das espécies. Ele solicitou informações sobre a disponibilidade desses dados, perguntando se estão publicados, se é necessário fazer pedido para acesso ou se já foram enviados em algum momento. O objetivo era saber como obter essas informações para conhecimento e consulta. **Sandra Silvestre (SNPI)**, respondeu a Régis esclarecendo que os estudos e testes relacionados ao aplicativo e ao estudo das espécies ainda estão em andamento. Ela informou que, assim que os resultados estiverem concluídos, serão publicados. No momento, não há informações disponíveis para compartilhamento. O ministro em exercício **Édipo**, agradeceu a Régis e informou que não havia mais inscritos para perguntas à Secretaria Nacional de Pesca e Indústria Amadora Esportiva (SNPI). Em seguida, ele passou a palavra para Marcelo Viana, diretor da SERMOP, para dar início à sua apresentação. Com a palavra o Diretor **Marcelo Vianna (SERMOP)**, apresentou o desenvolvimento de 15 TEDs, totalizando cerca de R\$ 52 milhões, com o objetivo de preencher lacunas de conhecimento sobre estatísticas, registros e monitoramento pesqueiro. A ação abrange toda a costa brasileira e águas continentais. Ele destacou a ausência de dados oficiais sobre a estatística pesqueira, com o último boletim sendo de 2011, o que motivou a SERMOP a reconstruir as estatísticas pesqueiras do Brasil, consolidando dados de 1950 a 2022, utilizando uma metodologia consolidada e aceita pela FAO. Essa reconstrução envolve a coleta de dados de diversas fontes, como ICMBio, Ibama, universidades e prefeituras, e já cobre parte do Sudeste e Sul do Brasil, com o Norte e Nordeste sendo finalizados. Além disso, **Marcelo** mencionou a importância de preencher lacunas de monitoramento nas regiões Norte e Nordeste, como o Piauí, onde a universidade local agora realiza monitoramento, e a Lagoa dos Patos, no Sul. Ele também abordou a reconstrução das estatísticas pesqueiras em águas continentais, com projetos focados na Bacia Amazônica e região do Tocantins, além de um trabalho de digitalização de mapas de bordo históricos pela UNB. Marcelo também mencionou o apoio a programas como o Pescador e Pescadora Legal, com ênfase em saúde laboral, e destacou a importância dos editais lançados, como o Edital Marisqueira, que visa estudar a atividade das marisqueiras, suas condições de saúde e a definição do termo "marisqueira" no Brasil. Outro edital relevante trata da avaliação contínua dos estoques pesqueiros, visando monitorar 80% da biomassa desembarcada na costa brasileira. Ele finalizou reforçando a necessidade de dados consistentes para o ordenamento pesqueiro, ressaltando que a pesquisa é essencial para uma gestão eficiente e robusta da pesca no país. Com a palavra **Ajax Tavares (Confapesca)**, questionou Marcelo Viana sobre como acessar os dados do edital que trata da saúde laboral das pescadoras e marisqueiras, destacando a preocupação sobre a terminologia usada nas comunidades pesqueiras, onde, em alguns lugares, as mulheres preferem ser chamadas de pescadoras, em vez de marisqueiras. Ele ressaltou que o termo "marisqueira" não é utilizado na documentação oficial, que se refere a todos como pescadores ou pescadores artesanais.

Marcelo Vianna (SERMOP), informou que o edital sobre saúde laboral das pescadoras e marisqueiras está disponível publicamente nas páginas do CNPq e do MPA. Basta buscar no Google por "edital marisqueira CNPq" para acessar o link direto. O ministro em exercício **Édipo**, agradeceu Marcelo e Ajax, e encerrou a discussão sobre os projetos de pesquisa apresentados pelas secretarias, destacando que todos os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) estão

disponíveis no site do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para consulta pública. Ele compartilhou o link, ressaltando a transparência do MPA, que oferece acesso aos planos de trabalho, cronogramas e informações sobre as instituições parceiras. O MPA também é auditado pela Controladoria Geral da União (CGU), que elogiou a transparência do ministério. O MPA está avançando em dados abertos e deverá cumprir todos os requisitos de transparência até o final do ano. Em seguida, Édipo solicitou a atenção dos participantes para a apresentação do programa REVIMAR, conduzida por Roberto Gallucci, membro suplente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

6. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA REVIMAR

6.1. Com a palavra o membro **Gilberto Gallucci (MMA)**, iniciou sua apresentação destacando a atualização do programa REVIMAR, que busca ser uma plataforma integradora de dados para a gestão pesqueira, alinhando-se com as discussões anteriores sobre a criação de bases de dados e a geração de informações essenciais para essa gestão. Ele explicou que o objetivo do REVIMAR é integrar e disponibilizar dados de diversos ministérios, como o MPA e o IBAMA, para apoiar políticas de conservação da biodiversidade marinha e o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O programa visa não apenas a gestão pesqueira, mas também a preservação dos ecossistemas marinhos, considerando dados sobre recursos demersais, pelágicos, oceanográficos e os impactos das mudanças climáticas. Gallucci mencionou a importância de resgatar dados do Programa Revizee e integrar esses dados com informações mais atuais. Ele também destacou que o REVIMAR promoverá a cooperação entre órgãos como o MPA, o IBAMA, a Marinha do Brasil, e o CENSIPAM, que se tornou uma referência para hospedar a plataforma integrada de dados. Embora o programa tenha uma ambição de longo prazo, com mais de um ano para ser concretizado, Gallucci enfatizou que os primeiros passos já foram dados e que o programa contribuirá significativamente para a gestão pesqueira por meio de dados mais atualizados e acessíveis. Ao final, agradeceu e concluiu sua apresentação, destacando o alinhamento do REVIMAR com as necessidades de gestão e transparência das informações pesqueiras.

6.2. O ministro em exercício **Edipo**, agradeceu a apresentação de Gallucci sobre o programa REVIMAR, destacando que esse tema foi uma solicitação da reunião anterior. Em seguida, perguntou se algum membro gostaria de fazer algum comentário, mas não houve inscrições. Ele então expressou seu agradecimento ao trabalho conjunto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da CIRME no desenvolvimento do programa REVIMAR, mencionando também a colaboração entre o MMA e o MPA nas ações da CIRME, como o projeto "Aqui Pesca", que, segundo ele, são iniciativas complementares e de grande importância para o setor.

6.3. Com a palavra o membro **Fernando Bosisio (Instituto Peroá)** destacou o trabalho de seu instituto, que atua há 15 anos com a pesca artesanal, especialmente no sul da Bahia e litoral do Espírito Santo, focando na pesquisa e extensão rural, além do meio ambiente. Fernando levantou a questão da importância de integrar a pesquisa com as estruturas de extensão no Brasil, propondo que o Ministério, por meio dos TEDs e convênios, explicasse como está planejando essa interlocução. Ele ressaltou a diversidade de estruturas de extensão no país, citando exemplos como a IPAGRE em Santa Catarina e o Incaper no Espírito Santo, e a desigualdade entre os estados. Ele sugeriu que a extensão seja vista como o elo necessário para conectar o que a pesquisa acadêmica levanta com as necessidades das comunidades e do mercado. Fernando concluiu defendendo a ideia de que as instituições da sociedade civil, como associações e institutos, podem ajudar a dar mais capilaridade ao trabalho de pesquisa e extensão, e solicitou um espaço para discutir essa questão em futuras reuniões do CONAPE.

6.4. O ministro em exercício **Edipo**, agradeceu as considerações de Fernando, destacando que a questão da extensão pesqueira é um ponto importante a ser abordado nas reuniões do CONAPE. A Secretário- Executivo está atento ao tema e que será analisada a forma como o Ministério da Pesca e Aquicultura está se articulando nas áreas de pesca, aquicultura e sua relação com a extensão rural. Em seguida, Édipo passou para o próximo ponto da agenda, convidando novamente Roberto Gallucci para apresentar a estratégia para a atualização e monitoramento da lista de espécies ameaçadas de extinção, conforme a Portaria MMA 445 de 2014, dando sequência às solicitações da reunião anterior.

7. APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA ATUALIZAÇÃO/MONITORAMENTO DA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO - PORTARIA MMA N° 445/20214

7.1. Com a palavra o membro **Gilberto Gallucci (MMA)**, destacou a importância da atualização e monitoramento da lista de espécies ameaçadas de extinção, com foco em peixes e invertebrados aquáticos. Ele explicou o processo de inclusão dessas espécies, abordando a avaliação de risco coordenada pelo ICMBio e a participação da comunidade científica. Após essa avaliação, as propostas de espécies ameaçadas são enviadas ao MMA e discutidas na Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABio), que é responsável por aprovar e encaminhar a lista. **Gallucci** ressaltou que a CONABio está em processo de reinstalação, com previsão de reuniões ainda este ano, e que,

após a apresentação das propostas, os membros têm 60 dias para apresentar manifestações ou divergências, podendo convocar especialistas para discussões adicionais. O MMA, em conjunto com o ICMBio, coordena a elaboração de planos de recuperação para as espécies ameaçadas, com o objetivo de promover o uso sustentável, sempre visando a recuperação populacional e a saída dessas espécies da lista de ameaçadas. O processo é contínuo e envolve a revisão de planos, monitoramento e ajustes, conforme necessário. **Gallucci** também mencionou a colaboração entre os ministérios envolvidos, especialmente no caso da corvina, com a proposta de um plano de gestão que possa servir como base para um plano de recuperação. Concluiu sua explanação destacando a importância de incluir explicitamente os planos de recuperação na portaria vigente e a integração entre planos de gestão e recuperação para espécies ameaçadas.

7.2. O Ministro em exercício Édipo, agradeceu a apresentação de Galuce e abriu a plenária para perguntas, ressaltando que este tema estava entre os encaminhamentos da 40ª Reunião Ordinária do CONAPE.

7.3. Com a palavra **Sandra Silvestre (SNPI)**, fez questionamento sobre o prazo de 60 dias mencionado no fluxo da apresentação da CONABio, buscando esclarecer se esse prazo se aplica a todos os membros para analisar a lista ou apenas caso alguma espécie seja contestada. O **Gilberto Gallucci (MMA)**, esclareceu que o prazo de 60 dias, a ser iniciado após a reinstalação da CONABio, se aplica a questionamentos específicos sobre espécies da lista, e não à lista como um todo. Durante esse período, qualquer membro da CONABio ou alguém indicado por ele pode contestar uma espécie, desde que com justificativa. Caso necessário, o MMA poderá formar um painel de especialistas para reavaliar a espécie questionada. Dependendo das justificativas apresentadas, a espécie poderá ser retirada ou mantida na lista de espécies ameaçadas.

7.4. **Sandra Silvestre (SNPI)**, questionou se, após a apresentação da lista na reunião da CONABio, os membros terão um período para revisar e se familiarizar com as espécies incluídas antes de qualquer contestação ou questionamento. O **Gilberto Gallucci (MMA)**, como não é membro da CONABio, não possui todos os detalhes do procedimento. No entanto, acredita que, após a apresentação da lista de espécies, seja fornecido um prazo para os membros se prepararem e apresentarem questionamentos, antes de qualquer deliberação. Embora não saiba ao certo como essa antecipação ocorre, ele se comprometeu a retornar ao tema assim que a CONABio definir o calendário e a pauta de sua primeira reunião, e a fornecer mais informações ao CONAPE. Com a palavra **Laís Belsito (Abipesca)**, ela levantou uma questão sobre o grupo de trabalho interministerial (GTI) que revisará as portarias de uso, especialmente em relação à redação dessas portarias, que muitas vezes causam confusão e insegurança jurídica. Laís mencionou que falhas de redação foram identificadas em diversas portarias relacionadas a espécies, o que compromete a eficácia das ações de recuperação dos recursos protegidos. Ela questionou sobre o cronograma ou prazo para a retomada dessas discussões no GTI, já que, no âmbito dos CPGs, esse tema não costuma ser tratado de forma adequada. O **Gilberto Gallucci (MMA)**, agradeceu a pergunta de Laís e explicou a transição do Grupo de Trabalho (GT) Interministerial para o Comitê de Espécies Ameaçadas, que agora possui caráter permanente. Ele ressaltou que o Comitê seguirá o modelo anterior, com grupos de trabalho dedicados a planos de recuperação específicos, como no caso do pargo ou peixes recifais. Gallucci mencionou que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) continuará realizando reuniões para discutir planos de recuperação, incluindo o do pargo, ainda este ano, mesmo com a criação do Comitê. A partir do ano que vem, no entanto, o objetivo é institucionalizar os trabalhos do Comitê e retomar com mais força os planos de recuperação. Foi destacado que a demora na instalação do Comitê se deve a mudanças na legislação que regulam a constituição de colegiados no Poder Executivo Federal. Isso impactou o processo de indicação e constituição dos membros, o que gerou questionamentos de membros do CONAPE e dos CPGs. No entanto, Gallucci garantiu que o Comitê será instituído ainda neste ano, com os trabalhos sendo mantidos até lá. O Ministro em exercício **Rivetla Édipo** agradeceu ao, Gallucci e Laís. Em seguida, anunciou a apresentação sobre a consulta pública relacionada a dados abertos, que seria conduzida pelo Dr. Márcio Aquino Terra, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura.

8. APRESENTAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE DADOS ABERTOS

8.1. Com a palavra **Dr. Márcio Aquino (AECI)**, iniciou sua apresentação sobre a política de dados abertos, destacando os esforços do Ministério para desenvolver um plano de dados abertos que visa proporcionar maior transparência e acesso à informação para a população. Ele explicou que o Ministério está atualmente em fase de consulta pública, onde a sociedade poderá sugerir quais bases de dados devem ser priorizadas para abertura. O plano de dados abertos é um instrumento estratégico para operacionalizar a política de dados abertos do Poder Executivo, permitindo que informações públicas sejam acessadas livremente. O **Dr. Márcio** detalhou que os dados abertos precisam ser processáveis por máquina, acessíveis, reutilizáveis e atualizáveis, permitindo sua modificação e compartilhamento. Atualmente, o Ministério está na etapa de consulta pública, utilizando a plataforma "Participa Mais Brasil" para coletar sugestões da sociedade sobre quais

bases devem ser priorizadas para abertura. O período da consulta pública vai até 25 de setembro e já recebeu mais de 40 contribuições. O Dr. Márcio também pediu o apoio dos participantes para divulgar a consulta pública dentro de suas instituições e comunidades, a fim de ampliar a participação e engajamento.

8.2. O Ministro em exercício **Revitala Édipo**, O Secretário Édipo agradeceu ao Dr. Márcio pelo trabalho desenvolvido pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do Ministério da Pesca, ressaltando a importância da transparência e da participação social no processo de abertura de dados. Não houve inscrições para questionamentos ou comentários adicionais sobre o tema. O Secretário finalizou parabenizando o trabalho da AECI e destacando a importância de compartilhar essas informações com todos os membros do CONAPE. Em seguida, a reunião prosseguiu com a discussão do último ponto da agenda, que foi a criação do Comitê de Cumprimento, uma pauta proposta pela Federação Nacional dos Pescadores do Brasil.

9. CRIAÇÃO DO COMITÊ DE CUMPRIMENTO

9.1. Com a palavra o **membro Elizeu Brito (FAEP)**, iniciou a discussão destacando que, desde sua criação em 2012, o Comitê de Cumprimento tem desempenhado um papel importante no CONAPE, oferecendo uma avaliação construtiva e colaborativa ao Conselho. Ele ressaltou que a necessidade de um comitê de cumprimento é ainda mais evidente no cenário atual, dado o número reduzido de membros no CONAPE, o que dificulta a participação ampla da sociedade civil. O Comitê de Cumprimento, composto por representantes da sociedade civil, tem a responsabilidade de apoiar o Conselho, ajudando nas avaliações e na execução de ações, como a conferência, por exemplo. Eliseu mencionou que, em edições anteriores, o Comitê acompanhou as metas estabelecidas pela sociedade durante a conferência e ajudou o CONAPE a responder de forma mais eficiente às demandas, com foco em garantir que as ações propostas fossem cumpridas. Ele concluiu a apresentação solicitando a avaliação dos membros do Conselho para a criação do Comitê de Cumprimento, reforçando que a participação ativa da sociedade é essencial para o fortalecimento do CONAPE e para a implementação das ações acordadas. O Ministro em exercício Rivetla Édipo, agradeceu a explanação de Eliseu Brito sobre a proposta de criação do Comitê de Cumprimento e, em seguida, solicitou a opinião dos membros do CONAPE. Enquanto aguardava as manifestações, ele encaminhou a palavra para Adriana Toledo, da Secretaria Executiva, para que ela pudesse fazer comentários adicionais sobre a proposta. A Secretaria Executiva **Adriana Toledo**, iniciou sua fala destacando que, embora ainda não tenha tido experiência direta com o Comitê de Cumprimento, enxerga de forma positiva a criação deste comitê, especialmente se ele contar com membros dispostos a colaborar ativamente no cumprimento dos encaminhamentos do CONAPE. Ela mencionou as dificuldades de pessoal enfrentadas pelo Ministério, mas também destacou os avanços, como a chegada dos novos selecionados pelo processo seletivo. Atualmente, a equipe que gerencia o CONAPE conta com duas pessoas que a assessoram, mas ainda não há servidores de nível superior exclusivos para o conselho. Ela destacou a importância do Comitê de Cumprimento para apoiar o acompanhamento dos encaminhamentos e enfatizou que, caso o conselho aprove a realização da conferência, haverá uma demanda considerável de trabalho, na qual o comitê poderá contribuir significativamente. Com a palavra **Marco Aurelio (Aoceano)**, cumprimentou a fala de Eliseu, ressaltando a importância do Comitê de Cumprimento, especialmente no acompanhamento de demandas gerais e ações sugeridas no âmbito do CONAPE. Ele destacou que o comitê tem um papel fundamental no monitoramento das moções feitas pelo conselho, acompanhando o andamento das ações propostas, identificando os ministérios e agentes envolvidos, e verificando eventuais obstáculos que possam impedir o progresso dessas iniciativas. Bailon esclareceu que a função do comitê não seria uma auditoria ou vigilância, mas sim uma assistência à Secretaria do CONAPE no acompanhamento e na execução das ações. O Ministro em exercício **Édipo**, propôs a abertura de uma consulta para entender se o conselho está de acordo em deliberar sobre a criação do Comitê de Cumprimento, conforme sugerido pela FAEP, ainda na reunião de hoje. Ele consultou os membros, questionando se havia algum posicionamento contrário a avançar com a formalização do comitê durante a reunião atual. Com a palavra o membro **Edivaldo Soares (CNPA)**, expressou seu total apoio à criação do Comitê de Cumprimento, destacando que ele será uma grande ajuda para o CONAPE. No entanto, enfatizou a importância de garantir que os membros do comitê tenham disponibilidade e capacidade para colaborar ativamente com o Ministério. Com a palavra **Ajax Tavares (Confapesc)**, destacou sua longa trajetória no CONAPE e refletiu sobre a origem da proposta do Comitê de Cumprimento, que surgiu como resposta à ineficiência do governo anterior em implementar as demandas aprovadas nas conferências. Ele mencionou que o comitê tinha como principal objetivo garantir o cumprimento dessas demandas, uma vez que muitas vezes as decisões ficavam sem seguimento. Ajax enfatizou a importância de entender o objetivo da nova proposta: se o comitê será uma ferramenta colaborativa para apoiar o Conselho, a Secretaria Executiva e o Ministério na execução das ações aprovadas. Se esse for o caso, ele se declarou favorável, embora tenha destacado a

necessidade de garantir a participação das entidades com capacidade para colaborar efetivamente. Com a palavra **Francisco Hidalgo (CNA)**, expressou preocupação com a proposta de criação de um novo comitê, questionando a eficácia do comitê atual em cumprir sua função de fiscalização. Ele destacou que, embora o comitê tenha sido instituído para atender a certas demandas, não vê necessidade de criar estruturas que, na sua visão, poderiam apenas replicar a função de outras já existentes, sem levar a resultados concretos. O participante também comentou sobre a fala de Adriana, que mencionou a necessidade de mais apoio para executar as tarefas do comitê. Ele afirmou que, em nenhum momento, percebeu falhas de sua parte em cumprir seu papel ou contribuir para o avanço do trabalho do comitê, reforçando sua disposição em colaborar de maneira mais ativa e se colocar à disposição para representar a instituição em ações necessárias. Ele concluiu seu posicionamento afirmando que criar comitês adicionais sem clareza de objetivos e sem resultados tangíveis não parece ser uma solução viável e eficiente, destacando sua preocupação com a proliferação de comitês sem um direcionamento claro. O Ministro em **exercício Édipo**, agradecendo a intervenção de Francisco da CNA, destacando que, com sua contribuição, ficou evidente que ainda não há maturidade suficiente para definir a proposta e os objetivos do comitê de cumprimento. Foi ressaltado que, no momento, a discussão sobre o comitê de cumprimento carece de clareza e maturidade, e, por isso, seria prudente adiar a definição de seu escopo. O presidente sugeriu que a FAEP, sendo a responsável pela proposta, trouxesse uma sugestão mais detalhada sobre as atribuições e competências desse comitê. A ideia seria amadurecer o tema e deliberar sobre ele na próxima reunião. Com a palavra **Clovis Amorim (Confespa)**, expressou que concorda com a proposta, mencionou que, se não houver capacidade para gerenciar esse processo, não é contra a ideia, mas se coloca à disposição para contribuir conforme for possível. Referiu-se à importância de amadurecer a ideia, conhecê-la melhor e aprofundar o entendimento do processo antes de tomar decisões. Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapesca)**, ressaltou a importância de entender claramente os objetivos do comitê, uma vez que sua função inicial não era a mesma que está sendo proposta atualmente. Ele destacou a necessidade de esclarecer essa mudança e, mais importante ainda, enfatizou a importância de fortalecer a diretoria executiva do CONAPE. Ajax também compartilhou sua experiência com o trabalho das secretarias executivas, reconhecendo suas dificuldades, mas observando que a equipe atual é insuficiente frente à relevância e às responsabilidades do CONAPE. Com a palavra o membro **Eliseu Augusto (FAEP)**, afirmou que todos os pontos levantados são favoráveis à criação do comitê. Ele ressaltou que, no passado, havia uma divisão entre o comitê e um grupo da sociedade civil que se limitava a cobrar, sem se envolver de forma efetiva, como não elaborar relatórios ou acompanhar as atividades da executiva. Eliseu concordou que a formação do comitê exigirá pessoas com disponibilidade para atender às convocações e colaborar ativamente. Destacou que a criação do comitê facilitou o andamento das conferências e das reivindicações. Para o CONAPE crescer, é necessário que todos se envolvam diretamente, colocando-se à disposição e apoiando a coordenação executiva. Eliseu concluiu que, embora o processo possa exigir amadurecimento, será essencial para garantir a participação ativa da sociedade e o avanço das ações do CONAPE. O ministro em exercício **Édipo**, mencionou que o pleito apresentado foi bem aceito por todos os membros, mas ficou evidente a necessidade de uma proposta mais concreta para que todos possam avaliar adequadamente e decidir se é necessário avançar com a criação do comitê. Embora o amadurecimento da proposta pela **(FAEP)** tenha sido notado, ainda não estavam claros os elementos essenciais dela. Comprometeu a continuar o diálogo e a preparar uma apresentação mais detalhada sobre o papel do comitê, a ser apresentada na próxima reunião, com o objetivo de obter um encaminhamento mais definido. Preparar uma proposta mais sólida sobre o papel do comitê para ser discutida na próxima reunião e definir os próximos passos. O Ministro em exercício **Revitala Édipo**, deu por encerrado o primeiro dia da reunião, agradecendo a atenção e a participação de todos. Ele destacou a importância da colaboração de todos os envolvidos e anunciou que o segundo dia da reunião do CONAPE começará às 9 horas da manhã do dia seguinte. Foi feita uma menção especial aos servidores do Ministério e das secretarias presentes, que contribuíram para o bom andamento do encontro. O agradecimento também foi estendido à equipe do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, que esteve presente de forma presencial, fortalecendo a gestão compartilhada. Por fim, expressou gratidão à AECI e aos secretários que participaram do primeiro dia da reunião e desejou um bom descanso a todos, com o compromisso de se reunirem novamente no dia seguinte.

18.09.2024

10. CONFERÊNCIA NACIONAL DA AQUICULTURA

Com a palavra **Secretaria Executiva Adriana Toledo**, destacou que, conforme o regimento e o decreto de criação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), é competência de o conselho realizar a Conferência Nacional. Segundo o regimento, essa conferência deve ocorrer a cada dois anos, e a última edição aconteceu em 2009. Adriana lembrou que, embora tenha sido

anunciada uma conferência para 2014, ela nunca foi realizada. A proposta, agora, é consultar o conselho sobre a possibilidade de deflagrar a 4ª Conferência Nacional, que está prevista para acontecer no final de 2025, em dezembro. Ela também mencionou que foi criada uma ação orçamentária específica para a realização dessa conferência e para a manutenção do conselho, conforme discutido em reunião anterior. A **Secretária Executiva Adriana Toledo** informou que o Ministério do Planejamento aprovou o orçamento para a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, mas ainda não há um valor exato disponível, pois o orçamento final depende do modelo e das etapas que serão adotadas para a conferência. A previsão é de que a conferência aconteça no final de 2025, mas antes disso, será necessário elaborar uma nota técnica e um termo de referência. Adriana explicou que a proposta discutida na reunião era apenas sobre a deflagração da conferência. Para que a conferência seja efetivamente realizada, será preciso solicitar uma autorização presidencial, que será dada por meio de um decreto assinado pelo presidente Lula. Uma vez autorizada, será formada uma comissão do CONAPE que trabalhará em conjunto com o grupo de trabalho do Ministério para definir todos os detalhes da conferência. Ela também mencionou que a decisão sobre a deflagração da conferência seria feita por consenso entre os membros, e abriu espaço para que aqueles que desejassem colaborar com a discussão se manifestassem. **Adriana Toledo** fez uma breve explanação sobre o conceito de conferências nacionais e o papel das conferências como instrumentos de participação social. Ela mencionou que acreditava que todos os membros já tinham um bom conhecimento sobre o tema, já que o assunto já havia sido abordado nas reuniões anteriores. Adriana se colocou à disposição caso algum membro tivesse dúvidas ou quisesse mais esclarecimentos sobre o funcionamento e os objetivos das conferências. Após essa introdução, Adriana passou a palavra aos membros para que pudesse fazer considerações sobre a proposta de deflagração da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapesca)**, iniciou sua fala agradecendo a paciência dos presentes e destacou sua longa experiência no setor pesqueiro, com 40 anos de atuação. Ele mencionou que participou das três conferências anteriores e de várias conferências estaduais e preparatórias, tendo sido delegado em todas elas. Em seguida, expressou seu apoio à proposta de deflagração da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, afirmando que este é o momento adequado para iniciar esse processo. **Ajax Tavares** também compartilhou uma preocupação relacionada à morosidade nas deliberações das conferências anteriores, que foi abordada na reunião anterior. Ele sugeriu a criação de um grupo de trabalho ou comitê durante o processo de organização da conferência, com o objetivo de revisar as decisões e propostas das conferências passadas, verificando o que foi aprovado, o que não foi implementado e o que ainda pode ser levado adiante. Para isso, Ajax se colocou à disposição, mencionando que possui registros e materiais das conferências anteriores e estaria disposto a compartilhar esses documentos com o grupo. Por fim, **Ajax Tavares** reforçou a importância de resgatar essas memórias e implementar as propostas que ainda são relevantes, para que a 4ª Conferência não deixe de lado as deliberações significativas das edições anteriores. Ele concluiu dizendo que a **(Confapesca)** está disponível para colaborar e apoiar a realização da conferência. O Secretário-Executivo **Edipo**, agradeceu a Ajax pela participação nas três conferências sobre o levantamento das memórias das perguntas, destacando que a MPA também já completou esse levantamento e compartilhou o compilado de informações no site. Ele sugeriu que, para a próxima reunião do CONAPE, fosse incluído na pauta um ponto para apresentar um resumo dessas conferências, a fim de garantir que todos os membros estejam alinhados e com o mesmo entendimento sobre o que foi discutido e decidido nas reuniões anteriores. Isso é importante para que todos estejam "nivelados" sobre as deliberações anteriores antes de dar início a uma nova conferência. Com a palavra o membro **Carlos Eduardo (Conepe)**, iniciou sua fala cumprimentando a todos e expressou sua concordância com o comentário de Ajax. Ele sugeriu que seria importante revisar os objetivos e os resultados alcançados nas três conferências anteriores para justificar a realização de uma quarta, de forma pragmática. **Cadu Villaça** explicou que participou apenas da terceira conferência, destacando que, embora o evento tenha sido grande e bem estruturado, ele ficou com a sensação de que poderia haver um grande desperdício de recursos públicos envolvidos. Ele também expressou uma preocupação sobre o orçamento necessário para a realização dessas conferências, questionando se o financiamento viria do Ministério ou da União, por meio de um decreto presidencial. Sua principal preocupação foi em relação às prioridades orçamentárias do Ministério, alertando para o risco de desviar recursos de áreas mais críticas e importantes, o que poderia afetar o foco em outras prioridades essenciais. O Secretário-Executivo **Edipo**, respondeu à preocupação de Cadu Villaça sobre os recursos para as conferências. Ele explicou que existe uma dotação orçamentária específica destinada para a realização das conferências nacionais, ou seja, não será necessário tirar recursos das áreas finalísticas do Ministério. Essa dotação já foi aprovada para o ano de 2025, embora o valor exato ainda não esteja definido. Com a palavra o membro **Manuel Braz (ABA)**, cumprimentou a todos e iniciou sua fala apoiando a sugestão do membro Ajax Tavares. Ele

mencionou que participou das três conferências anteriores e observou que, muitas vezes, os delegados que participam desses eventos não estão totalmente preparados para compreender a política nacional, focando mais nas questões regionais de seus estados. Manuel sugeriu que, para melhorar a qualidade das discussões nas futuras conferências, seria importante elaborar um resumo das três conferências passadas, destacando o que foi discutido, o que avançou e o que não avançou. Esse resumo serviria como um item preparatório para que os delegados dos estados cheguem mais bem informados e com uma base sólida de conhecimento, permitindo que as reuniões da quarta conferência sejam mais produtivas e eficazes. Ele finalizou agradecendo a oportunidade de compartilhar sua opinião. **O Secretário-Executivo**, agradeceu a intervenção de Manuel Braz, destacando que suas considerações foram extremamente pertinentes. Com a palavra **Eduardo Nobre (MDIC)**, que acompanha o setor há bastante tempo, iniciou sua fala destacando sua longa experiência no Ministério, desde 2001. Ele fez uma reflexão comparando a Constituição Brasileira com a Constituição Americana, mencionando que, enquanto a Constituição dos Estados Unidos foi criada por um número reduzido de pessoas, a brasileira passou por muitas emendas ao longo do tempo, tornando-a mais recente e complexa. **Eduardo Nobre** comentou sobre a participação dos delegados nas conferências, observando que, muitas vezes, eles estão mais preocupados com questões imediatas, como interesses locais, em vez de se concentrarem no serviço que deveria ser prestado para o benefício real do setor. Ele enfatizou a necessidade de um maior foco na formação dos delegados, para que a conferência tenha um impacto positivo e efetivo no setor, alertando que nem todas as iniciativas com boas intenções resultam em melhorias, e algumas podem até ter efeitos negativos. Ele concluiu sua fala destacando a importância de garantir a participação correta e comprometida do setor, para que o trabalho das conferências realmente beneficie a todos de forma efetiva. Com a palavra **Dárlio Teixeira (SBFic)**, iniciou sua fala cumprimentando a todos e mencionando que, embora não tenha experiência direta com a conferência de Agricultura e Pesca, teve vivência com outras conferências nacionais, como a de Educação e a de Ciência e Tecnologia. Ele destacou a importância de se concentrar na organização prévia e na idealização da conferência, com foco nas discussões dentro do CONAPE. **Dárlio** se colocou à disposição para colaborar com o Ministério, caso seja solicitado. Ele enfatizou que as conferências devem ter como objetivo principal a definição de diretrizes de políticas públicas e que, com o atual governo, há grandes possibilidades de avanços, especialmente se forem realizadas pré-conferências temáticas e livres. **Dárlio** também sugeriu que a conferência seja usada para avançar na legislação relacionada à Aquicultura e Pesca, reforçando que o parlamento brasileiro deve dar maior atenção ao setor, considerando que uma grande parte do orçamento nacional é controlada pelo parlamento. Com a palavra a Secretaria Executiva **Adriana Toledo**, iniciou sua fala ressaltando a importância da democracia participativa e representativa, enfatizando que a conferência é um mecanismo essencial para fortalecer essa democracia, conforme previsto na Constituição Brasileira. Ela destacou que todas as políticas públicas devem seguir essa orientação, e que a realização da conferência tem como objetivo discutir a população e construir ou diagnosticar as políticas nacionais do Ministério. Ela informou que o Ministro sugeriu a convocação de uma reunião extraordinária específica para tratar da conferência, com foco na deliberação sobre o tema, o modelo e as formas de organização do evento. Ela concordou com a proposta de Manoel sobre a importância de resgatar as conferências anteriores para nivelar os delegados, garantindo que eles conheçam o histórico das discussões passadas. Porém, Adriana esclareceu que, neste momento, não seria possível aprofundar a discussão sobre o modelo da conferência, pois isso exigiria mais tempo. Assim, a reunião atual deveria se concentrar em decidir a realização da conferência e sua forma, deixando as questões mais detalhadas para uma reunião futura específica. Com a palavra **Elizeu Brito (FAEP)**, iniciou sua fala concordando plenamente com as colocações de Ajax e destacou um ponto importante sobre a quarta conferência, mencionando que, em conferências passadas, o comitê de acompanhamento havia decidido não as realizar, pois mais de 90% das demandas solicitadas pela população em 2009 não haviam sido atendidas. Ele considerou fundamental resgatar essas questões não resolvidas, pois elas servirão como base e fundamentação para a organização da conferência atual. Elizeu também concordou com a sugestão de Adriana Toledo sobre a necessidade de convocar uma reunião extraordinária para discutir as pendências das conferências anteriores, especialmente o que ficou por fazer desde 2006 e 2009. Ele enfatizou que algumas demandas podem já não ser mais relevantes, mas outras precisam ser atualizadas para garantir que a próxima conferência tenha um nível de qualidade ótimo. Com a palavra o membro **Marilsa (PEIXES SP)**, iniciou sua fala refletindo sobre a importância da conferência e enfatizou que não se deve realizar o evento apenas para cumprir uma formalidade. Ela questionou a efetividade das conferências anteriores, apontando que é essencial resgatar as demandas e as decisões estabelecidas nas edições passadas, para evitar que o processo avance sem resultados concretos. Marilsa sugeriu que as conferências anteriores precisam ser analisadas, destacando o que foi realizado e o que ficou pendente, para que o setor não continue

"andando para trás". Ela também concordou com Elizeu sobre a necessidade de atualizar as demandas e verificar o que foi feito, ressaltando que a conferência não deve ser apenas um evento para "aparecer", mas deve resultar em ações efetivas para o setor pesqueiro. Marilda apoiou a ideia de que a realização de uma conferência com o devido levantamento e análise das ações passadas ajudará a definir claramente o que precisa ser feito. Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapesca)**, destacando que concorda integralmente com as colocações feitas por Dárlito, Elizeu e Adriana. Ele enfatizou a importância de escolher com cuidado os representantes nas conferências regionais, para garantir que os delegados tenham compromisso e alinhamento com a causa da pesca. Ele concluiu afirmando que, embora haja muitas propostas e decisões aprovadas nas edições anteriores, é fundamental avaliar o que foi realmente implementado e garantir que o processo continue avançando de forma eficaz. Com a palavra **Carlos Eduardo (Conepe)**, Ele explicou que, ao ouvir as opiniões já expressas na reunião, acabou reconsiderando alguns aspectos da discussão. Cadu destacou que ficou claro que as conferências anteriores, especialmente a terceira, não tiveram resultados significativos, e que a quarta conferência é necessária, mas precisa ser mais eficaz. Cadu sugeriu que, antes de tomar uma decisão final sobre a realização da quarta conferência, seria mais prudente que a Secretaria Executiva e o Comitê de Gestão dentro do CONAPE se concentrassem na estruturação mais detalhada da conferência. Ele propôs que a definição do formato da conferência, incluindo a quantidade de delegados por estado e a proporcionalidade, fosse bem planejada e discutida. Cadu concluiu sugerindo que a reunião deveria se concentrar em explorar essas possibilidades, estruturando as ideias com mais clareza antes de tomar uma decisão definitiva sobre a realização da quarta conferência. O Secretário-Executivo **Edipo** iniciou sua fala reconhecendo as contribuições feitas pelos participantes e sugeriu que a reunião extraordinária seja convocada para tratar especificamente da conferência. Ele propôs que esse encontro tenha como foco a análise e o resgate das conferências anteriores, permitindo que o conselho e sua coordenação amadureçam as ideias para a quarta conferência, incluindo a definição de um possível tema e a estrutura de como o evento será conduzido. Com a palavra o membro **Edivandro Soares (CNPA)**, iniciou sua fala concordando com as ideias já apresentadas pelos colegas, afirmado que as considerações feitas refletiram seus próprios pensamentos. Ele destacou a necessidade de convocar uma reunião extraordinária para discutir a realização da quarta conferência, pois está em dúvida se o melhor caminho seria avançar com a nova conferência ou, primeiro, resolver as pendências das edições anteriores. Com a palavra o membro **Clóvis Amorim (Confespa)**, fez uma reflexão importante sobre a participação das organizações de pescadores nas conferências. Ele mencionou uma preocupação que Edivando havia levantado anteriormente, sobre o fato de que muitas organizações de pescadores, em vez de se focarem na representação da categoria, acabaram se tornando mais assistencialistas, o que representa um problema para a efetividade das discussões. Clóvis destacou que, caso não sejam definidos critérios claros sobre quem pode participar da conferência, isso poderá gerar sérios problemas, com pessoas e grupos buscando resolver suas questões pessoais ou políticas, em vez de focar nas políticas públicas de pesca que precisam ser discutidas. Com a palavra o membro **Ajax Tavares (Confapesca)**, fez uma intervenção, destacando que, apesar de respeitar as opiniões contrárias, sua principal preocupação era o cumprimento da obrigação de realizar a conferência para atender às necessidades do setor de pesca. Ele enfatizou que o objetivo da conferência não deve ser apenas discutir diferentes formas de conduzi-la, mas garantir que as questões da base do setor de pesca sejam ouvidas e que a conferência não seja dominada por grupos com poder econômico ou político, como aconteceu no passado. Ajax defendeu que o processo precisa ser deflagrado o quanto antes, para evitar maiores atrasos, que apenas acumulariam problemas não resolvidos. Em sua fala, ele também destacou a necessidade de focar nas demandas reais dos pescadores, especialmente aqueles diretamente envolvidos com a pesca extrativa, como marisqueiros e pescadores, e não apenas nos grupos que comercializam ou estudam o setor. O ministro em exercício **Edipo**, iniciou sua fala agradecendo a Ajax e destacou o papel de mediação na reunião, em que ele tem a função de facilitar a comunicação entre os membros. Ele mencionou que, pelo que entendeu, alguns membros do grupo ainda não estão totalmente confortáveis em avançar com o processo, principalmente porque o trabalho não está suficientemente amadurecido e não há subsídios ou informações suficientes para justificar a ação. Explicou que, embora o grupo tenha a intenção de seguir em frente com a deflagração da conferência, não se sente à vontade para isso no momento. Alguns membros manifestaram a necessidade de mais argumentos e esclarecimentos antes de avançar com a decisão. Por fim, o ministro sugeriu que fosse agendada uma nova reunião, dentro de 15 dias, focada especificamente na conferência, para apresentar uma explanação mais detalhada sobre o evento, seus pontos importantes e sua relevância. Ele enfatizou que, embora compartilhe a opinião de que a conferência deve ser deflagrada, é importante ouvir as preocupações dos membros e garantir que todos tenham clareza sobre o que está sendo proposto, antes de seguir adiante. A fala foi registrada e o ministro agradeceu a contribuição de

todos. Com a palavra **Eduardo Nobre (MDIC)**, destacou que sua participação na reunião, no contexto do CONAPE, é em nome do governo. Ele afirmou que o papel do governo ali é, sobretudo, ouvir o setor, e que a decisão sobre os rumos a serem seguidos cabe, de fato, ao setor em questão. **Eduardo Nobre** também fez questão de ressaltar a importância de tomar decisões que tragam benefícios reais para o setor, enfatizando que o que for decidido deve ser algo efetivo, ou seja, que realmente traga resultados concretos no final. **O ministro em exercício, Édipo**, agradeço ao Eduardo e, em seguida, comunicou o encerramento do primeiro ponto da agenda da reunião. Ele destacou que, ao final da reunião, seriam lidos os encaminhamentos, e que uma reunião extraordinária seria agendada em breve para deliberar sobre a 4ª Conferência Nacional. O ministro ressaltou que o Ministério considera a conferência importante e necessária, e que a intenção é definir uma data e o tema da conferência durante essa reunião extraordinária. Após essa explicação, agradeceu a atenção de todos e passou para o segundo item da agenda, que trataria do G20 Agricultura, G20 Social e o Fórum Interconselhos. Ele solicitou à equipe do Ministério que preparasse a apresentação sobre o G20 Agricultura, solicitando que a apresentação fosse conduzida por Diogenes, da Assessoria Internacional do MPA.

11. G20 AGRICULTURA, G20 SOCIAL E FÓRUM INTERCONSELHOS

11.1 Com a palavra **Diogenes Lemainski da Assessoria Internacional do MPA**, iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, incluindo o ministro em exercício, **Revitla Édipo**, e a secretária executiva do CONAPE. Ele se apresentou como servidor de carreira do MPA e atual chefe temporário da assessoria especial internacional. Diogenes explicou que, ao longo de 14 reuniões de negociação de texto, foi elaborada uma declaração de 15 páginas com quatro prioridades, destacando a importância da Aquicultura como uma dessas prioridades. A primeira prioridade focou na sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, a segunda em ampliar a contribuição do comércio internacional para a segurança alimentar, a terceira priorizou o papel da agricultura familiar e povos indígenas, e a quarta, capitaneada pelo MPA, buscou promover a integração da pesca e aquicultura sustentáveis nas cadeias de valor locais e globais. Ele detalhou que a quarta prioridade se organiza em seis parágrafos e pode ser dividida em cinco grandes dimensões, incluindo o fortalecimento dos sistemas alimentares aquáticos, conservação e gestão sustentável dos recursos, combate à pesca ilegal, implementação de acordos internacionais e apoio à plataforma "Transformação Azul" da FAO, que visa promover a sustentabilidade da aquicultura e pesca. Diogenes também mencionou a participação significativa do Brasil no G20, destacando o trabalho conjunto com outros países em iniciativas como a bioeconomia. Ele explicou que, ao longo de quatro reuniões técnicas, foi construída uma declaração sobre bioeconomia, com princípios focados em sustentabilidade, inclusão, ação climática, biodiversidade, consumo e produção sustentável, ciência e tecnologia, políticas comerciais, e cooperação internacional. O servidor também ressaltou as perspectivas de trabalho do Brasil no G20 para o próximo ano, sob a presidência da África do Sul, e no BRICS, onde o Brasil assumirá a presidência. Ele mencionou ainda a presidência do Brasil na Convenção do Clima, que ocorrerá em Belém, no Pará, em 2025. Ao final de sua exposição, Diogenes colocou-se à disposição para responder a perguntas e contribuir com o debate, agradecendo a atenção de todos. **O ministro em exercício Edipo** iniciou sua fala agradecendo a Diogenes pela apresentação sobre o tema do G20 e fez um resumo das ações recentes do Ministério da Pesca nesse contexto. Ele mencionou que, no final de semana anterior, o Ministério esteve presente tanto na quarta reunião do grupo de trabalho do G20 Agricultura, onde se discutiu a redação final de uma declaração, quanto na reunião ministerial com a participação dos 20 países membros, incluindo mais 5 países convidados. O ministro destacou o orgulho do Brasil pelo trabalho realizado durante sua presidência no G20, especialmente em relação à inclusão da Aquicultura como uma prioridade no grupo de trabalho de Agricultura. Ele ressaltou que essa foi uma conquista histórica, já que, pela primeira vez, houve uma prioridade específica para a pesca e a aquicultura dentro desse espaço, algo que foi amplamente reconhecido e elogiado pelas delegações, incluindo chefes de estado e nas reuniões bilaterais realizadas. Édipo parabenizou a presidência brasileira por conseguir transformar um tema até então secundário em uma prioridade, o que também permitiu que a sociedade civil tivesse uma referência no documento, podendo cobrar os governos sobre os compromissos assumidos. Ele também elogiou o trabalho da Assessoria Internacional do Ministério da Pesca, que foi fundamental para que o Brasil pudesse obter a vitória de incluir oficialmente a pesca e aquicultura como prioridade na declaração ministerial do G20, em sintonia com os outros países. O ministro concluiu sua fala parabenizando a equipe e todos os envolvidos pelo sucesso desse importante conquista para o Brasil e para as atividades de pesca e aquicultura. Com a palavra o **membro Clóvis**, iniciou sua fala pedindo desculpas pela sua ausência na última reunião do Interconselho. Ele explicou que, apesar de ter tentado, não conseguiu acessar o link enviado para participar da reunião. Como não conseguiu participar, ele se colocou à disposição para contribuir com informações, caso alguém que tenha participado possa compartilhar os detalhes da reunião com

ele. Clóvis se dispôs a colaborar no que fosse possível. **O ministro em exercício Édipo**, comentou sobre a intervenção de Diogenes e informou que a declaração ministerial assinada na sexta-feira passada, em Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, será compartilhada com todos os membros. Ele explicou que, nessa ocasião, os 20 ministros presentes concordaram com o conteúdo da declaração, que estabelece diretrizes para o futuro das políticas de pesca e aquicultura.

11.2. Com a palavra para Secretaria Executiva **Adriana Toledo**, responsável por abordar o tema do G20 Social e o Fórum Interconselhos, iniciou sua fala destacando que, assim como o *Plano Clima Participativo*, o G20 também conta com duas trilhas além das trilhas institucionais. Ela explicou que uma dessas trilhas é a *trilha social*, uma inovação trazida pela presidência brasileira do G20, com um foco especial na participação social nas decisões públicas do governo brasileiro, um compromisso do presidente Lula. Essa iniciativa visa garantir o envolvimento das organizações sociais do Brasil nas deliberações do G20, abordando temas centrais como a questão climática, o combate à fome e desigualdades, e a governança global. Adriana informou que, no âmbito dessa trilha social, os conselhos foram convidados a apresentar propostas para o G20 Social, mas lamentou que não houve contribuições oficiais da parte das entidades do conselho, exceto uma sugestão de Elizeu, que encaminhou uma proposta relacionada ao Ministério e ao G20 Social através do Fórum Interconselhos. Ela destacou que a participação do Ministério no G20 Social tem sido mais efetiva por meio do Fórum Interconselhos, onde, ao longo do ano, discutiram temas como o *Plano Clima*. Adriana também mencionou a recente reunião do Fórum Interconselhos, que aconteceu no dia 12 de outubro, com o tema do *Plano Clima*. A próxima reunião do Fórum ocorrerá em novembro e terá como tema a finalização dos trabalhos do G20. Essa reunião será realizada no Rio de Janeiro, paralelamente à reunião do G20 Social, e ocorrerá dois dias antes da reunião do G20 Social e quatro dias antes da reunião oficial do G20, compondo uma programação de cinco dias no Rio de Janeiro. A **Secretaria Executiva, Adriana Toledo**, mencionou o convite para a reunião final do G20 foi direcionado aos secretários executivos e que a reunião ocorrerá nos dias 13 e 14 de novembro, com os conselheiros convidados a permanecer no Rio de Janeiro de 13 a 16 de novembro. Ela explicou que esses conselheiros foram designados na reunião anterior e que já haviam confirmado presença. O Ministério custeará as passagens de três conselheiros, enquanto os outros três serão financiados pelas entidades a que pertencem. Adriana destacou que seis conselheiros participarão da reunião final do G20, que irá consolidar as propostas discutidas ao longo do ano. Essas propostas foram desenvolvidas por várias estratégias, incluindo reuniões virtuais. Ela concluiu informando que essa reunião marcará o fechamento dos trabalhos do G20, do G20 Social e do Fórum Interconselhos, agradecendo a atenção de todos.

12 . APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE SISTEMA DE RASTREAMENTO DO PESCAO

12.1 Com a palavra o **Sr. Igor de Brito de Silva**, Chefe do Núcleo de Fiscalização da atividade Pesqueira do IBAMA, iniciou sua fala explicando que estava apresentando, a pedido do Conselho, a proposta do Sistema Nacional de Controle de Origem do Pescado. Ele mencionou que a solicitação surgiu a partir de um diálogo no CPG de Demersais, onde foi proposta a sistematização da rastreabilidade do pargo, com a sugestão da ABIPESCA. **Igor de Brito**, iniciou sua apresentação explicando a fundamentação legal que embasa o Sistema Nacional de Controle de Origem do Pescado. Ele mencionou a Lei da Pesca, que define a atividade pesqueira e exige fiscalização em todas as etapas da cadeia produtiva, desde o cultivo até a comercialização, com o objetivo de coibir irregularidades e garantir o controle rigoroso sobre a origem do pescado. Destacou também a relação com a Lei de Crimes Ambientais e o Decreto 6.514, que prevê punições para a pesca sem documentos de origem. Igor ressaltou que, atualmente, o único documento regulamentado para tratar da origem do pescado é a instrução normativa de 2014, que se concentra em questões sanitárias e não é suficiente para assegurar a rastreabilidade completa ao longo da cadeia produtiva. Em seguida, ele apresentou a motivação para a criação do Sistema Nacional de Controle de Origem do Pescado, com o objetivo de promover a legalidade e coibir práticas ilegais em todas as fases da cadeia produtiva. Explicou que o sistema permitirá rastrear o pescado desde sua captura até o consumidor final, evitando que produtos ilegais entrem no mercado e beneficiando os pescadores que atuam dentro da legalidade. Igor também detalhou o funcionamento do Documento de Origem do Pescado (DOP), principal ferramenta de controle do sistema. Ele explicou que o DOP, inspirado no Documento de Origem Florestal (DOF), utilizado no setor madeireiro, permitirá o acompanhamento das cargas de pescado em cada etapa da movimentação dentro da cadeia. Embora o DOP não legalize automaticamente o pescado, ele certifica sua origem, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos reguladores. Passa a palavra ao membro **Agnaldo (Pesca BR)**, agradeceu ao ministro e a Igor pelas explicações e detalhamentos apresentados. Ele solicitou uma cópia da apresentação para que o sindicato pudesse analisá-la. Agnaldo mencionou que o sindicato já havia se reunido anteriormente com o IBAMA e se colocou à disposição para colaborar na análise e aperfeiçoamento do processo. Ele pediu que a apresentação fosse compartilhada, seja pelo

Ministério da Pesca ou por Igor, destacando a importância dessa informação para o trabalho do sindicato. O ministro em exercício **Edipo**, informou que todas as apresentações feitas durante a reunião serão compartilhadas com os membros do CONAPE. Ele confirmou que as apresentações estarão disponíveis para todos no período da tarde. Passo a palavra **representante Valeria do Ministério da Agricultura e Pecuária**, fez um comentário sobre a rastreabilidade na cadeia pesqueira, destacando que, embora não fale em nome do departamento de inspeção, seu comentário vem da área de saúde animal. Ela mencionou que um dos principais problemas identificados na rastreabilidade do pescado está na falha de presença efetiva da inspeção oficial nos barcos. Ela relatou que, em uma missão recente Brasil-Reino Unido, foi observado que a proporção de barcos inspecionados oficialmente é muito baixa, o que contribui para as falhas na rastreabilidade. Valéria ressaltou que, embora existam outros problemas, a baixa fiscalização nos barcos é um dos maiores desafios. Para ela, sem reverter essa situação, o Brasil continuará enfrentando dificuldades em garantir a rastreabilidade eficaz, especialmente em comparação com a aquicultura, onde a rastreabilidade também é importante, mas a dinâmica é diferente. Ela finalizou destacando que a melhoria da presença da inspeção nos barcos é uma tarefa urgente para o Brasil. Passo a palavra ao membro **Cadu Villaça (Conepe)**, iniciou sua fala agradecendo a Igor e expressando a importância da rastreabilidade para a indústria pesqueira. Ele ressaltou que, para a indústria, receber uma carga com um documento comprovando a origem legal do pescado, mesmo que o produto tenha outros problemas como tamanho abaixo do mínimo, é fundamental para garantir a segurança da operação. No entanto, ele questionou o processo de imputação da origem do pescado, levantando a dúvida sobre a responsabilidade pela inserção dessa informação no sistema, principalmente nos portos de embarque do Brasil. O representante também fez uma crítica sobre a abordagem da fiscalização, mencionando que atualmente a fiscalização está focada no final da cadeia (indústria e exportadores), quando deveria garantir a rastreabilidade desde o início, na origem do produto. Ele argumentou que a indústria pesqueira está sendo sobrecarregada com responsabilidades excessivas, já que muitas vezes é solicitada a fornecer informações e garantir aspectos que deveriam ser checados na origem, nos portos. Para ele, existe um desequilíbrio na forma como o sistema de fiscalização está sendo implementado e pediu esclarecimentos sobre esses pontos. E resposta o **Sr. Igor Brito (IBAMA)**, ele fez uma análise detalhada sobre a importância da rastreabilidade na cadeia de pescado, especialmente para espécies que estão sendo mais controladas. Ele destacou a necessidade de documentar e monitorar o pescado ao longo de sua cadeia de distribuição, com um foco particular na exportação de espécies ameaçadas, como o atum, que exigem maior comprovação de legalidade. Explicou que, para garantir que o pescado legal seja separado do pescado irregular, a rastreabilidade deve ser facilitada por um sistema que forneça informações claras. Ele mencionou que a proposta visa não apenas beneficiar as empresas e pescadores que atuam dentro da legalidade, mas também permitir que consumidores e comerciantes possam identificar facilmente o pescado legal, especialmente nas prateleiras dos supermercados ou em entrepostos. Além disso, ele ressaltou que a rastreabilidade ainda é um processo oneroso, mas necessário, e sugeriu a implementação de um plano de ação gradual para aprimorar o controle, até que o sistema de rastreamento seja totalmente automatizado. O participante também abordou a dificuldade enfrentada pelas autoridades de fiscalização, que muitas vezes não têm os instrumentos adequados para controlar as cotas de pescado sem um sistema eficiente de dados. Ele sugeriu que, mesmo com recursos limitados, deve-se avançar no controle gradual, utilizando os instrumentos disponíveis. Também comentou sobre a insuficiência de recursos humanos para fiscalizar todos os pontos de desembarque de pescado e a importância de um sistema onde tanto produtores quanto compradores participem do registro das informações desde o início da cadeia. Ele concluiu com a ideia de que a ferramenta proposta poderia aliviar a carga burocrática e facilitar a rastreabilidade, promovendo um ambiente de maior transparência e legalidade no setor pesqueiro. O processo de rastreabilidade do pescado, com ênfase na participação de todos os envolvidos nas diferentes etapas da cadeia de fornecimento. Foi destacado que, em alguns casos, o fornecedor indicado por uma empresa não tem sequer conhecimento de que a nota fiscal foi gerada em seu nome. Para resolver isso, foi sugerido que o novo sistema permita que tanto o responsável pela captura do pescado quanto o comprador participem ativamente do lançamento das informações, garantindo que ambos validem o processo. Foi mencionada a necessidade de definir claramente quem seria responsável pelo lançamento das informações, como o mestre armador ou seu representante, garantindo que a pessoa responsável pela captura do pescado tenha controle sobre essa etapa. Além disso, foi reforçado que, em cada movimentação na cadeia, tanto quem fornece quanto quem adquire o pescado devem registrar os dados, aumentando a segurança do processo. Por fim, discutiu-se que, apesar da implementação de controles rigorosos, ainda pode haver o risco de informações falsas, mas que as auditorias e fiscalizações gradativas ajudarão a coibir tais práticas ao longo do tempo. O membro **Cadu**

Villaça, expressou sua preocupação sobre a implementação de sistemas tecnológicos, como o mapa de bordo online, e a adaptação do público brasileiro a essas tecnologias. Ele destacou que a familiaridade com sistemas digitais ainda é limitada no país, o que pode tornar sua adoção mais complexa, especialmente no contexto empresarial. Embora reconheça o avanço do sistema, ele também apontou que essa transformação não é algo novo, mencionando que o debate sobre a digitalização já acontece há cerca de 10 anos, com um exemplo de discussão sobre o tema envolvendo um especialista na Austrália. O participante afirmou que, embora apoie a implementação dessas soluções, é essencial que elas não sobrecarreguem ainda mais as empresas, que já enfrentam dificuldades. Ele enfatizou que o objetivo do sistema deve ser aliviar a carga de trabalho das empresas, e não acrescentar mais responsabilidades a elas, algo que, segundo ele, tem prejudicado o setor. Ao finalizar, o participante agradeceu a oportunidade de expressar suas preocupações, reforçando a necessidade de uma implementação que traga benefícios reais para os negócios. **Igor de Brito**, abordou a preocupação com a dificuldade de utilização dos sistemas eletrônicos, especialmente por aqueles que estão no início da cadeia produtiva. Ele enfatizou que o objetivo é melhorar a segurança do processo, sem complicá-lo ainda mais. Para isso, o participante mencionou que a experiência positiva com o sistema de mapa de bordo serve como base para acreditar que a implementação de soluções tecnológicas também pode ser bem-sucedida no contexto atual. Ele destacou que, apesar das dificuldades, está em discussão uma forma de simplificar o uso do sistema, utilizando dinâmicas já existentes, como as do mapa de bordo. O participante assegurou que o objetivo é enfrentar essas dificuldades de maneira eficaz, gerando o menor impacto possível no processo e garantindo que as soluções não sobrecarreguem os envolvidos na cadeia produtiva. Com a palavra o Ministro em Exercício **Édipo**, destacou a necessidade de diálogo entre instituições para melhorar a rastreabilidade da cadeia do pescado, que começa na produção primária e envolve diferentes competências: o MPA no monitoramento, o Mapa na fiscalização de frigoríficos e o Ibama na fiscalização ambiental. Foi debatido como integrar um sistema unificado, evitando burocracias excessivas para os agentes na ponta. O foco principal foi o Documento de Origem do Pescado (DOP) e sua aplicação nos diferentes processos, como monitoramento em embarcações, uso no PGA e fiscalização. **Édipo**, destacou que a rastreabilidade exige coordenação entre todos os órgãos e pediu sugestões para harmonizar ações e minimizar sobreposições. O **Secretário Luís Gustavo** fez uso da palavra para dar sequência à discussão, aproveitando a questão levantada pelo Ministro. Ele iniciou com um cumprimento cordial e agradeceu a apresentação realizada, destacando a importância do tema abordado. **Luís Gustavo** ressaltou a participação ativa da Secretaria nas discussões e abordou a necessidade de pensar, já a partir do momento em que todos os temas forem integrados, em como será estruturada a infraestrutura digital necessária para garantir o funcionamento eficaz do sistema. Ele enfatizou a importância de que a manutenção dessa infraestrutura seja planejada de forma estratégica, de modo que o sistema funcione da melhor maneira possível e proporcione a melhor experiência para os usuários. O Secretário destacou que um dos objetivos centrais dessa integração é aliviar a carga de trabalho das empresas, garantindo que elas tenham uma boa experiência ao utilizar o sistema. Acredita-se que, com uma infraestrutura robusta e bem planejada, será possível atender às necessidades dos usuários e facilitar a operação sem sobrecarregar os envolvidos. **Igor de Brito**, em resposta à pergunta do Ministro em exercício, foi destacado a implementação de uma ferramenta para melhorar a comunicação entre o Ministério da Pesca e outras instituições. Foi destacado que a ferramenta será útil para troca de informações, tanto para o Ministério da Pesca quanto para outras entidades, como o Ministério da Agricultura, que também deve ser incluído nas discussões. A intenção é simplificar a comunicação, permitindo que administrados e cidadãos se comuniquem com o governo de forma unificada e sem duplicação de informações. Além disso, foi abordada a questão da fiscalização da cadeia de custódia do pescado, que será o foco principal da ferramenta. A proposta inicial é que as informações sejam armazenadas no Ministério do Meio Ambiente ou no Ibama, com a definição final ainda em discussão com os responsáveis dessas instituições. Com a palavra **Eduardo Nobre (Mdic)**, destacou a importância de considerar a rastreabilidade no produto e como isso impacta o custo. Ele explicou que adicionar um custo ao produto não significa automaticamente que ele será valorizado pelo mercado. É crucial entender se o mercado, especialmente o consumidor de pescado, está disposto a pagar mais por essa rastreabilidade. Eduardo Nobre também mencionou que é necessário avaliar se o setor está realmente agregando valor ao produto ou se o custo adicional não será reconhecido pelo mercado. Ele concluiu enfatizando a importância de garantir que a rastreabilidade traga um benefício real para o consumidor. Com a palavra **Igor de Brito (IBAMA)**, comentou sobre os impactos da implementação de sistemas de controle na pesca, destacando que, embora não tenha domínio sobre questões econômicas específicas, é natural que a exclusão do pescado ilegal do mercado afete positivamente a balança comercial. Ele explicou que, ao remover o pescado

ilegal, o produto legal tende a ter menos concorrência, o que pode beneficiar os produtores legais. Igor de Brito também mencionou a ideia de um selo ou certificação para o pescado legal, embora isso ainda não seja viável, mas que poderia ser um bom argumento de venda, principalmente para o mercado externo. Ele ainda ressaltou que órgãos de controle, como os dos Estados Unidos, frequentemente questionam a regularidade do pescado importado, e que o sistema de rastreabilidade ajudaria a garantir a segurança e a conformidade, especialmente para a exportação para mercados como o americano e o europeu. **Eduardo Nobre** comentou sobre a dificuldade de identificar irregularidades em um produto. Ele explicou que, embora fosse capaz de apontar que havia suspeitas de irregularidades, não conseguia provar de forma conclusiva que o produto estava em conformidade. Ou seja, a abordagem era eficaz apenas para indicar a possibilidade de problemas, mas não fornecia uma prova positiva de que o produto estava regular. O **Ministro em Exercício Édipo**, agradeceu a Eduardo e Igor do IBAMA pela oportunidade de discutir o tema abordado. Em seguida, ele deu continuidade à pauta, informando que o próximo item seria a apresentação do plano de trabalho e cronograma para a elaboração do NTF (Nota Técnica Federal) do tubarão azul. Édipo mencionou que o IBAMA havia respondido a um ofício sobre o assunto e indicou que seria necessário seguir com a pauta para dar continuidade à discussão. Com a palavra **Felipe Weber, da ABLA**, fez uma complementação sobre a discussão, destacando que, além da normativa do MAPA, que estabelece a nota fiscal como documento de origem, a normativa de ordenamento de recursos ornamentais também adota a nota fiscal para origem, trânsito e destino. Felipe expressou preocupação com a criação de mais um sistema desintegrado dos existentes, mencionando que vários sistemas do Ministério e do IBAMA, como o RGP e o CTF, ainda não se comunicam entre si, apesar das determinações legais. Ele alertou para a dificuldade enfrentada por pescadores e aquicultores em obter o RGP e sugeriu que qualquer novo sistema, como o DOP, fosse implementado de forma integrada aos sistemas já existentes, para evitar mais fragmentação. Com a palavra **Igor de Brito**, respondeu rapidamente a Felipe Weber, afirmando que o IBAMA está aberto a sugestões sobre melhorias na integração dos sistemas. Ele garantiu que, sempre que possível, o IBAMA tomará medidas para simplificar e melhorar a comunicação entre os sistemas, e que as discussões sobre isso já estão em andamento. Igor também mencionou a norma de recursos ornamentais, destacando que existem outras normas específicas para modalidades distintas, mas a norma de documentos de origem é a mais abrangente. Ele explicou que há a intenção de incluir os recursos ornamentais no sistema, conforme proposto no último CPG de ornamentais, e que isso está sendo considerado no desenvolvimento do novo sistema.

13. PLANO DE TRABALHO E CONOGRAMA DE EXECUÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO NDF DO TUBARÃO AZUL (PRIONACE GLAUCA) NO ÂMBITO DO TRATADO CITES.

13.1 O **Ministro em Exercício Édipo**, informou que, em relação à pauta do DEM DF sobre o "Tubarão Azul", o Ibama comunicou que, devido aos incêndios florestais em vários biomas do país, a participação da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas não será possível, pois os servidores estão sendo realocados para as atividades emergenciais relacionadas à fauna. Em razão disso, o tema não será abordado nesta reunião, sendo sugerido que seja retomado na próxima, que já está agendada para a 42ª reunião do conselho. Em seguida, foi iniciado o ponto de agenda sobre o registro e monitoramento da pesca.

14. INFORMES SOBRE REGISTRO E MONITORAMENTO DA PESCA

14.1 Com a palavra o **Secretario Luís Gustavo (SERMOP)**, iniciou sua fala cumprimentando os conselheiros, conselheiras e todos os colegas presentes, incluindo o ministro em exercício. Agradeceu a oportunidade de participar da reunião e se mostrou grato pela presença de todos. Sua apresentação iniciou esclarecendo que a pauta foi solicitada para ser mantida constantemente atualizada, com foco em questões de registro, sistemas e monitoramento da atividade pesqueira. Ele detalhou os tópicos que seriam abordados, como o registro geral da atividade pesqueira, especialmente de pescadores e pescadoras artesanais, além de temas como o mapa de bordo digital, o sistema de rastreamento de embarcações pesqueiras, e o Programa Nacional de Observadores de Bordo. O secretário explicou que, durante a apresentação, seria necessário um tempo maior para esclarecer o primeiro item, relacionado ao registro geral da atividade pesqueira, devido a comentários feitos pelo conselheiro e representantes da CBP. Ele destacou a importância desse registro e a sua relação com políticas como o uso do defeso e o seguro defeso, e pediu desculpas pela maior duração desse ponto. **Luís Gustavo**, apresentou um histórico do Registro Geral da Pesca (RGP), explicando que até 2014 os registros eram feitos manualmente e inseridos no sistema pelo MP. Em 2015, houve uma suspensão na emissão de novos registros, com fiscalização da CGU e TCU até 2020. Em 2021, foi implementado o primeiro sistema automatizado, e em 2023 foi lançada uma nova versão com a Portaria MP nº 127, que busca melhorar o sistema até 2024, incluindo o cadastramento e recadastramento dos pescadores. **Luís Gustavo** destacou que o RGP é

essencial não apenas para acesso a benefícios, mas também para a formalização da profissão de pescador, para a gestão de políticas públicas e para garantir direitos trabalhistas, como seguro-defeso e aposentadoria. Ele ressaltou ainda sua importância para ações de apoio em situações de catástrofes ambientais e para a visibilidade econômica do setor pesqueiro. **50**

Ministro em Exercício Édipo, gradeceu ao secretário Gustavo pela sua apresentação e, em seguida, solicitou que os presentes se manifestassem sobre o conteúdo apresentado e as questões previamente acordadas para discussão. Com a palavra **Edivando Soares** iniciou sua fala destacando uma preocupação importante em relação ao processo de emissão de carteiras de pesca pelo Ministério da Pesca. Ele mencionou que, atualmente, o sistema está aberto a fraudes, pois qualquer pessoa, com ou sem conhecimento, pode solicitar uma carteira de pesca utilizando o RG de um pescador. Isso ocorre sem que o Ministério tenha controle efetivo sobre quem está solicitando o documento, o que gera um risco de fraudes e mal uso dos dados.

Edivando também fez um alerta sobre a falta de regras claras por parte do Ministério da Pesca para identificar e controlar quem está solicitando as carteiras de pesca. Ele citou exemplos de pessoas que, em vez de trabalhar no setor, acabam se aproveitando da situação para ganhar dinheiro de forma ilegal ao fazer a intermediação para emissão das carteiras. Ele reforçou que o Ministério da Pesca deveria estabelecer regras mais rígidas e verificar com mais rigor quem está pedindo a carteira, se é a própria pessoa ou se alguém está solicitando em seu nome. Caso isso não seja feito, ele indicou que recorrerá ao Ministério Público e pedirá a suspensão da emissão do RGP (Registro Geral de Pescador) até que medidas efetivas sejam tomadas.

Edivando concluiu sua fala expressando sua indignação e solicitando que o Conselho (CONAPE) tome ciência da situação, visto que considera que o problema pode resultar em consequências graves se não houver providências urgentes. Com a palavra o **Luís Gustavo Secretario (SERMOP)**, destacou que a proposta de mudança no sistema de registro e concessão de documentos para pescadores não é simples, pois envolve diversas questões e alternativas a serem avaliadas. Ele enfatizou que, ao modificar regras, é necessário considerar as implicações que essas mudanças podem ter sobre outros grupos que podem não ficar satisfeitos com o processo. A construção de um sistema eficiente para atender a todas as expectativas é um processo contínuo e em evolução. O **Luís Gustavo (SERMOP) reconheceu** que, apesar das dificuldades, existem alternativas para melhorar o sistema, sem necessariamente torná-lo rígido demais. Porém, ele alertou para o fato de que, em alguns casos, o pescador que exerce outras atividades também podem ser cadastrado no Registro Geral da Pesca (RGP), mas isso não garante automaticamente o acesso ao seguro-defesa. Há situações em que o pescador, ao ter outra fonte de renda, não tem direito ao seguro-defesa, mesmo cumprindo os requisitos para o registro na pesca. Também mencionou que há um percentual elevado de indeferimentos no pagamento do seguro e que, apesar de existir má-fé de algumas pessoas, a manutenção do benefício só ocorre após a manutenção do registro por um ano. Ele também reconheceu a necessidade de aprimorar o sistema para permitir batimentos de dados entre as bases de informações, visando resolver as preocupações trazidas durante a reunião. Finalizou agradecendo pelos comentários e sugeriu continuar o trabalho para aperfeiçoar o sistema até o final de 2024, com a conclusão da transição para um modelo mais integrado.

Com a palavra o **Sr. Elias Fernandes (SFAP - PA)**, questionou o secretário sobre o programa "Pró-Pesq", especificamente sobre a inclusão de embarcações que realizam pesca continental no processo de recadastramento. Ele destacou que, até o momento, não existe regulamentação específica no Brasil para essas embarcações, e que muitos interessados procuram a superintendência em busca de apoio para obter a PPP (Padrão de Pesquisa Pesqueira). Elias também mencionou que o Banco da Amazônia possui uma linha de crédito direcionada a essas embarcações, mas que ainda não existem RGPs ou PPS emitidos para as embarcações continentais. Ele questionou se o programa "Pró-Pesq" contemplará o cadastramento ou recadastramento dessas embarcações e solicitou esclarecimentos sobre o tema. **Secretário Luís Gustavo**, respondeu à pergunta de Elias, agradecendo a questão, mas explicou que, infelizmente, a resposta direta seria negativa. Ele detalhou que as embarcações de pesca continental ainda não estão cadastradas, pois há uma etapa anterior a ser resolvida: a criação de uma matriz de permissões. Essa matriz é necessária para que as embarcações possam ser registradas e receber a licença adequada. O secretário ressaltou que, após essa etapa de criação da matriz, será possível que as embarcações continentais se cadastrem e obtenham a PPP (Prova de Propriedade de Pesca), entrando assim no fluxo regular para recebimento de registros e gestão das informações. Com a palavra o membro **Carlos Eduardo (Conepe)**, mencionou a dificuldade no mapeamento da frota atunheira, especialmente a do cardume. Ele destacou que, embora tenha havido colaboração para um primeiro embarque, ainda há desafios. Cadu enfatizou que, no caso de emissões de licenças condicionais, as autoridades pesqueiras precisam ser mais rigorosas. Segundo ele, quando houver falha no cumprimento

das regras, a licença deve ser suspensa, sem flexibilizações. **Carlos Eduardo** também comentou sobre a baixa aderência do CPG, inicialmente observada como um problema na pesca de isca viva. Apesar da análise, verificou-se que a porcentagem de adesão estava incorreta, já que embarcações não operacionais ainda apareciam nos registros, distorcendo os dados. Isso resultava em uma base de dados pouco confiável, dificultando comparações. **Cadu (Conepe)** mencionou que a situação envolvendo a exigência do "gov" transformou-se em um problema tanto para as embarcações quanto para o registro de pescadores. Ele alertou para a necessidade de uma abordagem mais inteligente e urgente, para restaurar a credibilidade da classe pesqueira séria e idônea, expressou sua preocupação com a corrupção enraizada no comportamento de algumas pessoas no Brasil. Ele destacou que, infelizmente, há indivíduos que se aproveitam de situações para obter benefícios de forma ilícita, sem vergonha de agir de maneira desonesta. Segundo Cadu, essa atitude se transforma em uma "campanha de esperteza", que precisa ser combatida. Ele enfatizou a necessidade de ações eficazes para lidar com esse problema e afirmou que é algo que precisa ser enfrentado urgentemente. Cadu finalizou agradecendo a oportunidade de compartilhar seus comentários e reforçou a importância de continuar a luta contratais práticas. O Secretário **Luís Gustavo (SERMOP)**, iniciou agradecendo publicamente a Cadu e ao Conepe pelo apoio na aproximação com o setor pesqueiro, especialmente com o cardume associado. Ele também destacou uma das dificuldades enfrentadas, que é a falta de observadores de bordo, e a dificuldade de garantir o registro de negativa quando esses observadores não estão disponíveis, como ocorre quando há problemas logísticos para a chegada dos observadores. Jorge ressaltou a importância de registrar essas negativas para possibilitar a aplicação de sanções quando necessário. Além disso, comentou sobre o mapa de bordo, mencionando que a cobertura percentual de viagens é baseada no reconhecimento das viagens pelo sistema PEPS. Ele identificou uma discrepância na frota, que, apesar de bem-organizada, apresentava uma cobertura abaixo da esperada. Após investigação, junto com o síndico, foi identificado que a porcentagem de cobertura em relação às viagens não era totalmente precisa, mas ainda assim é a informação mais confiável disponível. Agradeceu novamente pela colaboração e reforçou a importância de melhorar a acuracidade desses dados para garantir o sucesso das operações. Com a palavra **Maria José (CPP)**, destacou as dificuldades enfrentadas por marisqueiras e pescadores, especialmente jovens, devido à falta de documentação básica, como o RG, o que os impede de acessar direitos trabalhistas essenciais. Ela considerou isso uma estratégia do estado para enfraquecer a categoria pesqueira, levando à desistência de muitos pescadores. Ela também criticou a burocracia excessiva e a criminalização da pesca, especialmente durante o defeso, além das exigências de documentos e habilitação marítima, que não são facilmente acessíveis. Zezé defendeu que, embora a pesca não seja uma atividade exclusiva, ela precisa de proteção devido à superexploração de algumas espécies, especialmente as voltadas para as mulheres. Por fim, ela apontou que a destruição dos habitats marinhos, impulsionada por atividades industriais como a aquicultura, é uma das principais causas dos problemas ambientais, enquanto o Ministério do Meio Ambiente continua a licenciar essas atividades, agravando a situação.

15. Encaminhamento

15.1 A **Secretaria Executiva Adriana Toledo**, informa que foram discutidos e definidos vários encaminhamentos, que foram registrados para acompanhamento. Ao final, foi solicitado que os participantes revisassem os pontos e acrescentassem informações ou levantassem divergências, se necessário.

15.2. Com a palavra **Marilda (PEIXESSP)**, apresentou a sugestão de criar um fundo de gestão e pesquisa voltado para o setor aquícola. A proposta é que os valores para a constituição deste fundo sejam originados de diferentes fontes, incluindo: Contratos de cessão, possivelmente relacionados ao Registro Geral de Pesca (RGP), Percentual da taxa de controle e fiscalização ambiental do IBAMA. A ideia é que esse fundo tenha um impacto imediato, especialmente no que diz respeito ao seguro aquícola, uma vez que o setor necessita de uma base financeira segura. Destacou-se também que os valores arrecadados com a atividade de aquicultura devem ser reinvestidos no próprio setor. Foi sugerido que o CONAPE considere e encaminhe essa proposta, visando garantir a criação e o fortalecimento desse fundo para apoiar a gestão e o desenvolvimento sustentável da aquicultura. A proposta prevê que os recursos arrecadados com a pesca sejam destinados exclusivamente para o setor pesqueiro, enquanto os valores originados da aquicultura e do cultivo devem ser reinvestidos no próprio setor de aquicultura. A ideia é garantir que já exista um lastro financeiro inicial para o fundo proposto, com base nos valores arrecadados, especialmente considerando as necessidades do setor, como as do agricultor no Rio Grande do Sul. O Ministro em Exercício Édipo, destacou a proposta de criação de um fundo para a aquicultura, com recursos provenientes da fiscalização e registro das atividades. A sugestão é que os recursos destinados à aquicultura sejam separados dos valores relacionados à pesca, de forma a garantir que cada setor

receba a devida parte. O objetivo é criar uma estratégia clara para a implementação desse fundo, que será destinado a apoiar o desenvolvimento sustentável e seguro desses setores. Foi solicitado que os conselheiros manifestassem sua concordância com esse encaminhamento. O encaminhamento da criação de um fundo para a aquicultura durante a reunião, com a ideia de que esse ponto seja incluído na pauta da próxima reunião do CONAPE. O objetivo é amadurecer a proposta e debater como viabilizar a criação do fundo, considerando que a implementação depende de um processo legal. A estratégia deverá envolver a definição clara de recursos específicos para a pesca e para a aquicultura, com o intuito de resguardar ambos os setores. O tema será aprofundado e as ideias serão discutidas mais detalhadamente na próxima reunião. Com a palavra **Manuel Braz** (ABA), mencionou que há um projeto de lei de 2013 em tramitação no Congresso que visa regularizar a atividade de aquaponia no Brasil. No entanto, o processo está atualmente paralisado. Foi solicitado o apoio do Ministério para que esse projeto possa avançar e ser aprovado, regulamentando formalmente a prática da aquaponia no país. Com a palavra o membro Carlos Eduardo (Conepe), conforme o regimento do CONAPE, todas as apresentações realizadas nas reuniões serão encaminhadas por e-mail com o link consolidado para acesso. A dúvida levantada foi sobre a forma de envio dessas apresentações, que será esclarecida para garantir que o processo funcione corretamente. A Secretaria Executiva do Conape Adriana Toledo, reafirmou que todas as apresentações da reunião serão encaminhadas aos membros titulares por e-mail, seguindo o procedimento adotado nas reuniões anteriores. As apresentações serão enviadas hoje, ou, caso não seja possível, no máximo até o dia seguinte. As apresentações serão numeradas de acordo com a ordem em que foram apresentadas durante a reunião. Com a palavra o membro **Reginaldo Portari** (CBPE), solicitou dois encaminhamentos importantes: Ofício solicitando a presença do presidente do ICMBio no CONAPE para prestar esclarecimentos sobre a Portaria 91 de 2020 ao ICMBio. A solicitação visa esclarecer aspectos relacionados a essa portaria. Consulta com a Diretora Sandra sobre o procedimento relacionado ao aplicativo desenvolvido pelo MPA e à lista de espécies ameaçadas de extinção. Esse encaminhamento visa esclarecer como o MPA está gerenciando esse processo e a sua implementação. Ambos os encaminhamentos foram discutidos como questões de dúvidas operacionais e procedimentos a serem seguidos. Com a palavra **Yasmim Chaves** (IABS), sugeriu a inclusão de dois tópicos relevantes na pauta da reunião. O primeiro foi sobre o módulo Molubis, de interesse geral, com ênfase na contribuição do IABS. Em seguida, Yasmin propôs a retomada do tema relacionado ao IABS, assunto que já havia sido abordado anteriormente. Ela destacou os desafios enfrentados na implementação do sistema Molubis, especialmente nos estados de Alagoas e em outras regiões do Nordeste, sublinhando a necessidade de discutir as dificuldades encontradas durante sua implementação. Yasmin Chaves explicou que o Molubis é um manual de um programa relacionado ao controle higiênico-sanitário dos cultivos de moluscos bivalves, e não se refere à segurança de luz. Ela informou que foi instaurada uma portaria que estabelece que os estados são responsáveis pela elaboração desses manuais. Yasmin destacou que o IABS tem projetos com ostras depuradas e atua em comunidades, o que desperta grande interesse na implementação desse programa. No entanto, ela mencionou que estão enfrentando alguns desafios nesse processo. Essa pauta foi sugerida pelo membro titular, embora Yasmin, como suplente, tenha sido responsável por trazê-la à discussão. Yasmin Chaves abordou os desafios enfrentados pela equipe para implementar o programa Molubis, sugerindo que este fosse o foco de uma discussão. Ela ressaltou que, embora a pauta seja de interesse do IABS, seria relevante convidar um técnico do Ministério Público (MP) ou do MPA, uma vez que, até onde sabe, o MPA está em articulação para apoiar o processo. Com a palavra o membro **Felipe Weber**, da ABLA, propôs a criação de um comitê de comércio exterior, sugerindo que esse fosse um ponto a ser discutido na próxima reunião. Ele também informou que os encaminhamentos serão enviados por e-mail, para que todos possam trabalhar nas preparações necessárias. O membro **Ajax Tavares** (Confapesca), sugeriu a inclusão na próxima pauta do Projeto de Lei 4414, de 2016, que trata do Fundo de Amparo ao Pescador. Ele destacou que o projeto já foi apresentado ao MPA e está em tramitação no Congresso.

- 1. Informar no grupo do WhatsApp todas as vezes que for encaminhado e-mail para o titular;**
- 2. Solicitar as entidades a atualização do e-mail que quer ser contactada;**
- 3. Encaminhar documento sobre as ações de aquicultura para o RS;**
- 4. Apresentar na próxima reunião as ações de extensão desenvolvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura;**
- 5. Incluir na próxima reunião discussões de estratégias para aumentar a interação da pesquisa com o setor produtivo;**
- 6. Solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que informe quando ocorrer a reunião da Conabio;**

- 7. Apresentar na próxima reunião os objetivos e competência do Comitê de Cumprimento proposto pela FAEP;**
- 8. Encaminhar ao Ministro solicitação de fortalecimento da equipe da Secretaria-Executiva do CONAPE;**
- 9. Realizar uma reunião extraordinária sobre a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca;**
- 10. Encaminhar a Declaração Ministerial assinada no G20 Agricultura;**
- 11. Moção para que o DOP seja elaborado em parceria com os Ministérios e Conselhos de forma integrada com os sistemas existentes;**
- 12. Solicitar apoio ao Projeto de Lei que regula a atividade de aquaponia;**
- 13. Que as reuniões possam ser híbridas (presenciais/virtuais)**

16. Outros informes

16.1 As pautas solicitadas que não foram tratadas nesta reunião poderão ser incluídas na próxima reunião ordinária.

17. Encerramento

17.1 A reunião foi encerrada pelo Ministro em Exercício Rivetla Édipo, iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e destacando a importância dos dois dias de reunião, que foram marcados por diálogos produtivos e enriquecedores. Ele ressaltou que os temas discutidos são fundamentais para o aprimoramento das políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura, muitos dos quais têm caráter transversal e envolvem outras pastas, o que torna o conselho ainda mais relevante ao reunir diferentes ministérios para debates conjuntos. Rivetla Édipo, também informou que a lista de presença foi disponibilizada no chat para que todos registrassem sua participação. Ele finalizou agradecendo a todos pela contribuição e tempo dedicado, e declarou encerrada a 41ª reunião do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, agradecendo novamente a todos pela colaboração.